



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 6/X-2º/2010-11

1 - Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, pelas 21H15, nas instalações da Cooperativa de Consumo Piedense, sitas na Rua da Cooperativa Piedense, nº 94, na Cova da Piedade, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de Fevereiro, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre os "Valores das taxas pela prestação dos serviços municipais no registo de Cidadão da União Europeia";

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a "Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas, Tarifas e Preços";

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Regularização de transferências de propriedade entre o Município e a AEBT enquanto sub-concessionária do Estado (EP - Estradas de Portugal), destinadas à construção do IC32";

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a "Estratégia de Reabilitação Urbana Simples da ARU de Cacilhas".

2 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Vitor Manuel dos Santos Castanheira; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Francisco Ludovico da Costa; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Teresa Paula de Sousa Coelho; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; António José Pinho Gaspar Neves; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; António Abrantes de Almeida e Francisca Luís Baptista Parreira.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com Ausência no dia 24 de Fevereiro de 2011, (Ent. nº 786/X-2º), (**Conforme Anexo I**).
- A Senhora Deputada Municipal Vitor Manuel Domingues Barata, com Ausência no dia 24 de Fevereiro de 2011, (Ent. nº 703/X-2º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal António Frederico de Meneses Ferrinho, com Ausência no dia 24 de Fevereiro de 2011, (Ent. nº 768/X-2º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal José Augusto Tavares Oliveira, com Ausência no dia 24 de Fevereiro de 2011, (Ent. nº 767/X-2º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 24 de Fevereiro de 2011, (Ent. nº 777/X-2º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com Ausência no dia 24 de Fevereiro de 2011, (Ent. nº 778/X-2º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência nos dias 24 e 25 de Fevereiro de 2011, (Ent. nº 733/X-2º), (**Conforme Anexo VII**).
- O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro, com Ausência no dia 24 de Fevereiro de 2011, (Ent. nº 705/X-2º), (**Conforme Anexo VIII**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor José Gabriel Guiomar Joaquim, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 24 de Fevereiro, do eleito Senhor Bruno Ramos Dias e por impedimento da cidadã Sr.ª Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX e X**).
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 24 de Fevereiro, do eleito Senhor Vítor Manuel Domingues Barata, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI**).
- O Candidato Senhor Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 24 de Fevereiro, do eleito Senhor António Frederico de Meneses Ferrinho e por impedimento da cidadã Sr.ª Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XII e XIII**).
- A Candidata Senhora Fernanda Maria Amaro Tavares, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 24 de Fevereiro, do eleito Senhor José Augusto Tavares Oliveira e por impedimento do cidadão Sr. Henrique Rosa Carreiras, da cidadã Sr.ª Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.ª Margarida Santos Serafim, do cidadão Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, do cidadão Sr. José Mário Castelhana Ferreira, e do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira - PEV, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 24 de Fevereiro, do eleito Senhor Carlos Manuel Dantas dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXI**).
 - O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 24 de Fevereiro, da eleita Senhora Ana Marques Serra e Moura Salvado e por impedimento do cidadão Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo e da cidadã Sr.ª Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXII, XXIII e XXIV**).
 - O Candidato Senhor Miguel Ângelo de Moura Salvado, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência nos dias 24 e 25 de Fevereiro, do eleito Senhor Domingos José Soares de Almeida Lima, e por impedimento da cidadã Sr.ª Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXV, XXVI**).
 - O Candidato Senhor Hugo Miguel Diamantino Viera da Luz, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 24 de Fevereiro, do eleito Senhor António Francisco Salgueiro, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXVII**).
- 4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia de Almada, Cacilhas, Feijó e Laranjeiro, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justos impedimentos dos Presidentes dos respectivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhor João Renato Caetano Montalvo, Senhor Rui Ribeiro Perdigão, Senhora Anabela de Matos Tavares e Senhor António Júlio Mendes Pereira, respectivamente, (**Conforme Anexos XXVIII, XXIX, XXX e XXXI**).
- 4.3** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 206/X-2º ao nº 751/X-2º, do Expediente Enviado do nº 51/X-2º ao nº 208/X-2º; dos E-mail Enviados e Recebidos, E-mail recebido 392 no período de 29 Novembro a 18 Fevereiro 2011 e E-mail enviado 3226 no período de 30 de Novembro a 18 de Fevereiro de 2011; informou das decisões da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais através da Súmula N.º 13/X-2º/2010-2011, da Actividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia através da Informação nº 02/X-2º/2010-2011 (Período de 19 de Dezembro de 2010 a 21 de Fevereiro de 2011), das Actas Nº 2/X-2º/2010-11, Nº 3/X-2º/2010-11, Nº 4/X-2º/2010-11 e 5/X-2º/2010-11 e das Minutas das Actas Nº 2/X-2º/2010-11, Nº 3/X-2º/2010-11, Nº 4/X-2º/2010-11 e 5/X-2º/2010-11, para posterior aprovação e ratificação.
- 5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.
- 5.1** - Usou da palavra o Município Exm.º Senhor Henrique Margarido, residente em Almada.
- 5.1.1** - O Exm.º Senhor Município Henrique Margarido:
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;
- É com orgulho, que me dirijo a esta assembleia na qualidade de cidadão e não como membro de pleno direito como aconteceu no anterior mandato.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Naturalmente como Membro da Assembleia de Freguesia do Pragal, não posso deixar de me preocupar com a qualidade de vida na freguesia que escolhi para minha residência.

A Freguesia do Pragal é uma Freguesia onde o investimento do Poder Central tem a sua marca: Esquadra da PSP; Palácio da Justiça; Hospital Garcia de Orta; Estação Ferroviária do Pragal; Centro de segurança Social do Pragal; Metro Sul do Tejo; Obras já realizada há algum tempo. Está neste momento prevista a Requalificação da Escola Fernão Mendes Pinto, também ela obra da responsabilidade do Poder Central, sobre intervenção no Parque Escolar.

No que concerne ao Poder Local também foram efectuadas algumas obras de relevância e importância para a Freguesia:

ATL na Escola Nº 1 do Pragal; Instalações da Escola nº 2 do Pragal, obra inaugural em 2009; Algumas rotundas e passeios pedonais; Quintal desportivo Abel Salazar; Quinta dos Castos com a Pista Rádio Modelismo; Pista de manutenção; Pista de BTT.

No entanto a Escola Nº 2 (primária) a intervenção do piso que se degradou, desde o início de 2010 que se encontra parada e sem indícios de recomeço.

Existem vários jardins infantis na Freguesia e em estado de degradação e falta de limpeza.

A ETAR de Valdeão corre a céu aberto, e um cheiro pouco agradável se instala por vezes no bairro do matadouro.

Em alguns lugares da Freguesia o rebaixamento dos passeios ficaram por acabar.

A falta de limpeza é frequente na maioria das zonas do Pragal. Mas Sr.^a Presidente, com uma agravante, em Agosto parece que estamos em África, a única diferença é que não é deserto, são folhas secas, lixo no chão, porque não uma acção de sensibilização, mas também uma acção de sensibilização para quem tem as competências para que as coisas não se degradem na minha Freguesia, no nosso Concelho.

O monumento Fernão Mendes Pinto foi intervencionado dado o estado de degradação ainda a sua placa de identificação tem falta de letras, para quando o seu término?

Não existe nenhum parque infantil na zona junto ao espaço "Almada Business Center" também conhecido por ABC, porque não a sua criação no Largo Costa Pinto, em lugar de viaturas em cima das pedras de calçada portuguesa.

Na Praceta e Rua Alfredo Keil, existem viaturas em excesso quer de residentes, quer de quem procura lugares não pagos para usar. Depois o MST, desafio a Câmara Municipal de Almada a estudar a construção de estacionamento no local, com um parque subterrâneo com vários andares, há nove anos que se encontra assim Senhora Presidente?

"Guitarra toca baixinho que alguém há-de escutar" (Música de Francisco José) "espero que escute Senhora Presidente.

"O futuro é algo que cada um de nós faz a um ritmo de sessenta minutos por hora... Faça o que fizer e seja quem for".



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu fiz a minha parte trouxe a esta assembleia as minhas preocupações que é o máximo que posso fazer.

Senhora Presidente sei que houve as populações peço que faça a sua parte, isto é usar os meios que tem e o poder que tem para a solução dos problemas por mim levantados."

5.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor António Rodrigues Neto, residente em Almada.

5.2.1 - O Exm.^o Senhor Munícipe António Rodrigues Neto:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O meu nome é António Rodrigues Neto, sou Piedense, nascido e criado na Cova da Piedade, por ventura tenho honra e orgulho de participar na Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade. Existem aqui umas dúvidas que gostaria de questionar até apresentar algumas alternativas caso me seja concedido. Existem várias situações, a Freguesia da Cova da Piedade como sendo uma Freguesia um pouco envelhecida se calhar de igual forma como outras Freguesias do Concelho, mas em contrapartida as outras Freguesias serão um pouco mais rejuvenescidas do que a nossa, mas existem algumas preocupações, e o envelhecimento não é só pelas pessoas é também pelo património. Eu sei que existe um projecto camarário e desde já as minhas felicitações porque foi algo que foi aflorado em Assembleia de Freguesia, porque é preocupante haver algumas situações que se encontram debilitadas, não só património privado mas também património público, infelizmente.

Eu gostaria de questionar sobre várias situações. O que é que está a ser realizado nesse sentido, não só com o património privado, mas sim com o património público, e passo a citar duas situações.

Os Silos, eu sei que existe Almada Nascente, haverá uma reestruturação, mas enquanto aquilo estiver assim não temos novidade nenhuma.

A Casa do Professor, também existem algumas janelas que de vez em quando vão ser fechadas, porque o vento abre-as. Existe também uma situação que me preocupa como cidadão que é a rotunda que foi colocada ali perto do Hospital Particular na zona do Elvas, pressuponho eu, se essa rotunda fosse remodelada para a zona que vai entre essa mesma Avenida e a Rua dos Correios ou a Rua Fernando Pessoa, se não seria uma alternativa mais viável. É só isto que eu tenho a propor, muito obrigado e bem hajam."

5.3 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Também cumprimentos à Cooperativa Piedense por nos acolher esta noite e à Assembleia Municipal.

Dois Munícipes trouxeram aqui ideias, trouxeram reparos, trouxeram sugestões, eu gostaria de deixar também rapidamente algumas notas.

Relativamente ao investimento da Administração Central no nosso Concelho, é evidente que há responsabilidades do Governo relativamente ao território nacional e obviamente que todos também entendemos que o nosso Concelho não pode ficar fora da atenção dos diferentes Governos, mas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

gostava de deixar nota de que as diferentes grandes obras aqui trazidas como importantes para o nosso Concelho e realizadas pelo Governo Central e não por este ou por aquele Partido, pelo Governo Central, também o foram por diligências da própria Câmara Municipal, eu acho que também nos fica bem deixar esta nota, porque a Divisão de Almada da Polícia de Segurança Pública, de facto existe, existe no local onde está porque foi uma longa luta do Poder Local Democrático no nosso Concelho, acompanhado da cedência do terreno ao Governo para a construção da própria Divisão de Almada da Polícia de Segurança Pública, à semelhança do Quartel da Guarda Nacional Republicana na Charneca, ou das instalações também da GNR na Costa da Caparica, ou da Esquadra da Polícia de Segurança Pública no Laranjeiro.

Também deixava nota de que relativamente ao Palácio da Justiça, foi uma proposta do próprio Município, diligências do Poder Local junto do Ministro da Justiça Interna, na altura o Dr. Laborinho Lúcio e a quem nós propusemos a doação do terreno municipal para que o Palácio da Justiça fosse construído no nosso Concelho e acompanhámos daí por diante este projecto que naturalmente passou por vários Governos. Mas, deixava também esta nota de que a iniciativa partiu de facto do Poder Local, não se deixa de reconhecer o valor de quem fez o investimento, mas também não se pode deixar de referir a iniciativa e a contribuição do Poder Local, ajudando também a Administração Central. Deixava também a nota de que normalmente quando nós precisamos de terrenos para algum equipamento municipal e ele pertence à Administração Central, temos que o comprar e quando o invés não acontece. Quando é preciso para uma Escola Secundária ou para um Centro de Saúde, como tantos, o próprio Centro de Saúde do Pragal, também foi construído, também a partir de proposta municipal, de uma rede de Centros de Saúde no nosso Concelho, foi proposta e que a Câmara contribuiu com os terrenos à excepção do terreno para o Centro de Saúde do PIA que era do IGAPHE, agora do IHRU, todos os outros terrenos foram cedidos pela nossa Câmara Municipal para estas unidades de saúde. Obviamente que o Metro, todos também conhecemos, também tivemos a nossa contribuição. E penso que é assim que o Poder Local se deve posicionar, identificar aquilo que são as necessidades que devem ser resolvidas pela Administração Central, pelo Governo, colocar essas necessidades na ordem do dia, procurar contribuir para que elas sejam uma realidade e é essa a atitude que tem existido em Almada e por isso também nos orgulhamos de vermos equipamentos importantes concretizados no nosso Concelho.

Naturalmente que a Câmara Municipal também tem feito bastante e se todos nos lembrarmos sabemos bem o que era o Pragal há uns anos largos atrás, e de como era o acesso ao Pragal e o que era todo o território envolvente ao Pragal, sabemos, e sabemos que hoje temos uma cidade que se expande até à auto-estrada e que não era isso que existia, com zonas relvadas, ajardinadas, áreas de equipamentos, equipamentos construídos, etc.

Claro que os problemas existem todos os dias e temos que estar atentos e procurar intervir e resolver aquilo que não está bem. Obviamente que essa tem que ser uma preocupação de todos os dias.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Na ETAR do Valdeão, pelo menos por aquilo que é conhecido não há esgoto a céu aberto, portanto registamos aqui com atenção a contribuição do nosso munícipe, vamos procurar perceber, mas a informação que há vai nesse sentido. E também queria deixar a nota de que em relação ao Monumento a Fernão Mendes Pinto, a intervenção que foi feita no monumento resulta de um protocolo que a Câmara tem com o Departamento de Conservação e Restauro da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e portanto, não é só aquele monumento que está no programa de restauro. Toda a arte pública do nosso Concelho faz parte desse programa que paulatinamente vai sendo implementado. As letras já lá estiveram todas, verificamos que se põe as letras e passados poucos dias elas voltam a ser retiradas. Estamos neste momento a estudar uma solução diferente. Portanto, em vez de serem letras cravadas na pedra, parece-nos ser absolutamente indispensável uma outra solução, porque as letras põem-se e no momento seguinte elas são retiradas.

Quero agradecer as contribuições aqui trazidas.

Também dizer ao nosso Município da Cova da Piedade que relativamente aos Silos, a antiga fábrica da moagem é de facto património municipal, faz parte do Plano de Almada nascente, o Plano de urbanização de Almada Nascente, tem uma vocação cultural, naquela área vai situar-se no futuro, temos um projecto a vinte anos. Almada Nascente Cidade da Água é um projecto a vinte anos, já se começou a trabalhar, mas temos pela frente naturalmente uns bons anos para que todo aquele território seja reconvertido em cidade. Mas já se começou a trabalhar. E portanto aquele património dará lugar a um museu, Museu do Estuário do Tejo, é assim que está definido no Plano Almada Nascente. E naquela área também se perspectiva um quarteirão das artes. Portanto há um projecto muito interessante que com o tempo se há-de concretizar. O importante é nós termos conseguido que todo aquele conjunto edificado passasse a ser património municipal.

Foi preciso usar o direito de preferência há uns anos atrás, isso foi feito e portanto esse património está salvaguardado e por essa via vai ser possível concretizar estes projectos importantes no âmbito do projecto Almada Nascente.

A Casa do Professor tem projecto. A nossa Associação de Professores tem com a Câmara um contrato, é detentora do edifício, o projecto está feito com o financiamento da Câmara e entretanto procura-se financiamento também para a obra. Naturalmente que a Câmara não deixará de participar, mas a própria Associação está a desenvolver iniciativas e eu própria com a Associação já estive nomeadamente no Ministério da Educação e vão continuar outras iniciativas de modo a que se reúnam os recursos financeiros para a obra.

Vem aqui também uma preocupação relativamente à zona da Clínica Elvas, é um assunto que está a ser acompanhado, sob observação e naturalmente que não deixaremos de continuar a avaliar as soluções e aquelas que por ventura se venham a considerar necessárias tomar. Neste momento não está em cima da mesa outra solução, mas é um assunto que está sob observação.

A estes dois nossos Municípios e aos restantes gostava de deixar a nota de que estamos a desenvolver no nosso Concelho, desde Fevereiro, o Programa das Opções Participativas. Fizemos o primeiro Fórum



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de Participação na Trafaria e até Junho vamos percorrer todo o nosso Concelho, exactamente por forma a ouvir as populações, registar as suas ideias, apresentar alguns projectos para discussão e portanto estamos com este programa em curso e gostaríamos de poder contar com a presença de Autarcas, de população nestes fóruns de participação por Freguesia."

5.4 - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: Miguel Salvado (apresentando Moção/Deliberação sobre Herdade da Aroeira - Um bem turístico e económico do Concelho de Almada); Sérgio Taipas (apresentando Moção/Deliberação sobre Processo Eleitoral das Presidenciais e Moção/Deliberação Investir na Educação - Defender a Escola Pública); João Geraldês (apresentando Moção/Deliberação - Saudação ao Movimento Associativo); Henrique Pires (apresentando Moção/Deliberação - O Primeiro Voto das Mulheres em Portugal); Manuel Batista (apresentando Moção/Deliberação de Saudação Empreendedorismo Jovem); Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação Sobre Os Cuidados de Saúde); António Maco (apresentando Moção/Deliberação sobre Valor das Tarifas e Carreira 103 dos TST); Fernando Pena (apresentando Moção/Deliberação - Por mais infra-estruturas de Lazer); José Joaquim Leitão; Hugo Luz; Manuel Braga; João Geraldês; Vitor Castanheira; Luísa Ramos; Fernando Pena; Miguel Salvado; Sérgio Taipas; Luís Varela Pais; a Sr.^a Vereadora Amélia Pardal e a Sr.^a Presidente da Câmara.

6.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre a Herdade da Aroeira

Um bem turístico e económico do Concelho de Almada

Somos um Concelho com uma enorme vocação turística que nos proporciona uma mais-valia económica e social para todos os Almadenses, temos no nosso território verdadeiras áreas de excelência não só naturais bem como urbanas, áreas com enormes potencialidades a todos os níveis.

A Herdade da Aroeira é sem duvida uma dessas zonas do nosso Concelho mas nem sempre tem tido o tratamento e atenção que devia por parte dos proprietários, promotor original da urbanização e a Câmara Municipal de Almada.

Esta Câmara tem promovido uma forte aposta no turismo e na qualidade, inclusive com elaboração de planos e estudos complexos tal como o mais recente elaborado pela Escola de Turismo do Estoril, facto esse importante para que se possa passar do papel para a acção. Temos na Herdade dois dos melhores campos de golfe de Portugal sendo dos mais movimentados da área metropolitana de Lisboa, projectos e edificado urbano de excelente qualidade arquitectónica inclusive galardoado com prémios de reconhecido mérito e prestígio nacional e internacional, uma bela zona desportiva, a herdade em sim é uma enorme fonte de receita para os cofres da autarquia, tanto pelas mais altas taxas de construção bem como pelo IMI e IMT pago que é sem dúvida o mais caro do Concelho e do país, mas mesmo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

assim continuam a existir problemas que no nosso tempo e nível de desenvolvimento do Concelho e de profissionalismo da autarquia não fazem sentido, tais como:

- Ruas completamente destruídas, cheias de buracos onde é difícil circular com pessoas e bens em segurança, que são o único acesso a dezenas de casas, sendo um problema que se arrasta a anos sem nenhuma resolução a vista;
- A recolha dos lixos que continua a apresentar problemas vários;
- A estrutura de esgotos e águas pluviais que não funciona da melhor maneira e que apresenta insuficiências diversas e que obriga a uma intervenção constante dos SMAS
- A indefinição da responsabilidade da resolução de pequenos problemas do dia a dia de uma comunidade, tais como a recolha dos monos e aparas de jardim e a possibilidade do seu depósito temporário, o encaminhamento e recolha de animais domésticos abandonados, entre outros.

De uma vez por todas o que se pretende com esta moção é tentar resolver esta situação que se arrasta a tantos anos sem que se tenha de culpabilizar uma ou outra entidade. Sabemos da disponibilidade da Vereadora responsável pelo pelouro e respectivos serviços mas é necessário mais acção e depois de vários contactos com a Associação de moradores, autarcas, residentes, comerciantes e Administração da Silaroeira percebemos que existe espaço para o diálogo entre todos para uma célere resolução dos problemas que afectam esta parte do nosso Concelho.

Como tal a Assembleia Municipal de Almada reunida em Fevereiro de 2011 delibera solicitar à C.M.A. que proceda de maneira adequada para a rápida resolução dos diferentes problemas da Herdade da Aroeira em colaboração com os moradores, comerciantes e Silaroeira."

6.1.2 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação INVESTIR NA EDUCAÇÃO – DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA

Diversas têm sido, ao longo dos últimos anos, as tomadas de posição da Assembleia Municipal de Almada manifestando profundas preocupações quanto ao estado da educação em Portugal e afirmando a necessidade de garantir a qualidade da escola pública, exigindo que o Estado assumira como tarefa central e urgente o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adopção de medidas de política educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos e se afirme como recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do País.

Encontra-se em curso um abaixo-assinado, promovido por organizações representativas de professores e trabalhadores da administração local, confederações de pais e associações de estudante, que já recebeu muitas adesões individuais e de entidades, que a seguir se transcreve na íntegra, referenciando também os seus promotores.

"INVESTIR NA EDUCAÇÃO – DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA!

A Educação há muito parece ter deixado de ser uma prioridade para os governos. Nunca, porém, como em 2011, houve intenção de impor cortes tão acentuados com consequências que se adivinham de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

elevada gravidade. A redução de 803 Milhões de euros na Educação, a que acrescem reduções indirectas impostas às autarquias, provoca sérias preocupações nos subscritores deste Manifesto.

Cortar nos recursos de que as escolas dispõem – humanos, físicos, materiais, financeiros –, e de forma tão violenta, impede que cumpram adequadamente a sua missão de ensinar, formar, educar e qualificar; inviabiliza a concretização das metas definidas para redução das taxas de insucesso e abandono escolar; dificulta a universalização da Educação Pré-Escolar a partir dos três anos; impede a certificação qualificada de jovens e adultos que procuram uma nova oportunidade na escola; constringe a promoção, como a lei determina, da Educação Sexual nas escolas; compromete o grande desafio que constitui o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos!

É em defesa de um efectivo investimento na Educação, que os subscritores se manifestam; é em defesa de uma Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva, em suma, democrática, que os subscritores se unem; é contra os cortes que incidem sobre aspectos vitais às escolas e, por essa razão, potenciam rupturas insanáveis no seu funcionamento que os subscritores alertam a sociedade portuguesa.”

AS ENTIDADES PROMOTORAS:

FENPROF (Federação Nacional dos Professores), ASPL (Associação Sindical de Professores Licenciados), FENEI (Federação Nacional do Ensino e Investigação), PRÓ-ORDEM (Associação Sindical dos Professores Pró-Ordem), SEPLEU (Sindicato dos Professores e Educadores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades), SINAPE (Sindicato Nacional dos Profissionais de Educação), SIPE (Sindicato Independente de Professores e Educadores), SIPPEB (Sindicato dos Professores do Pré-Escolar e do Ensino Básico), SPLIU (Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades), CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais), CNIPE (Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação), DNAEESB (Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Básico), FNSFP (Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública), SIEE (Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino), SNP (Sindicato Nacional dos Psicólogos), STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local)

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 25 de Fevereiro de 2011, identificando-se com os objectivos e conteúdo da iniciativa “Investir na Educação – Defender a Escola Pública!”, delibera saudar as suas entidades promotoras e subscrever o texto por elas proposto.

Moção/Deliberação PROCESSO ELEITORAL DAS PRESIDENCIAIS

O processo eleitoral das presidenciais, realizadas no passado mês de Janeiro, foi contaminado por diversos erros grosseiros e gravíssimos que comprometeram a sua fidedignidade e só não produziram consequências insanáveis devido ao carácter específico dessas eleições, assim como à expressão final dos resultados apurados.

Após trinta e cinco anos de democracia continuada e de processos eleitorais fiáveis, as disfunções verificadas não se limitam ao âmbito administrativo ou técnico, são obviamente políticas e muito graves.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Contradições publicamente notórias entre uma Secretária de Estado e um Director-Geral demitido nem clarificam nem dignificam.

Como é evidente, o cruzamento de dados do recenseamento eleitoral com a base de dados de identificação civil e criminal em função da atribuição do cartão de cidadão, a par da abolição de cartão de eleitor para novos eleitores e utentes do cartão de cidadão, realizou-se de modo irresponsável e descoordenado. Não foram acautelados os procedimentos necessários e as consequências ficaram expostas: ausência de controlo sobre eventuais duplicações de eleitores nas listas de recenseamento, alteração do número de eleitor sem informação aos respectivos cidadãos, o absurdo de indexar o recenseamento ao código postal, substituindo a lei e a divisão administrativa do país por critérios da administração dos CTT e levando à inscrição de cidadãos fora da sua freguesia de residência, inclusive aos que não alteraram a morada. Um erro informático acrescentou-se no próprio dia, proibindo informação no decurso do acto eleitoral aos eleitores desorientados.

Em Almada, estima-se que milhares de eleitores ficaram impedidos de votar. As Juntas de Freguesia de Almada, Cacilhas, Caparica, Charneca de Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Pragal e Sobreda fizeram ouvir o seu veemente protesto por esta situação que tudo fizeram para resolver perante os cidadãos eleitores, repudiando obviamente qualquer responsabilidade no facto e colocando-se ao lado destes, na justa e generalizada indignação que se exprimiu.

A tudo isto veio acrescentar-se um novo escândalo. O mapa oficial de resultados contém erros grosseiros e de amplas dimensões quanto ao número de inscritos e votos expressos: excluem-se a nível nacional mais de 113 mil eleitores, com aumentos e abatimentos nos totais distritais. No distrito de Setúbal desapareceram mais de 52 mil votos, com expressão muito significativa no concelho de Almada. Enquanto se aguardam esclarecimentos e explicações oficiais, notícias vindas a público (nomeadamente o *Expresso* de 19 de Fevereiro) avançam mesmo que, dos resultados enviados de Almada, apenas duas freguesias terão sido consideradas no apuramento distrital (Almada e Feijó).

Em síntese, encontramos-nos perante uma situação gravíssima nos seus contornos políticos, que exige cabal explicação e respectivas consequências e que, a não ser resolvida rápida e eficazmente, compromete a credibilidade deste e dos próximos actos eleitorais, o que é inadmissível.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário no dia 25 de Fevereiro de 2011 exige:

1. Avaliação rigorosa e transparente dos procedimentos que comprometeram a fiabilidade das eleições presidenciais e apuramento dos seus responsáveis a nível político.
2. Que seja reposta a verdade dos resultados expressos, através da correcção e clarificação exaustiva dos erros cometidos no seu apuramento.
3. Que sejam tomadas rápidas e eficazes medidas para que situações destas não mais se repitam."

6.1.3 - O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Saudação ao Movimento Associativo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O Movimento Associativo constitui um património de inestimável valor, pertença do colectivo que é o nosso Povo de Almada, afirmando-se hoje no quotidiano dos Almadenses, como sempre no passado, como esteio essencial e imprescindível ao percurso permanente de construção de uma vida mais digna, mais fraterna e mais humana que Almada se orgulha de poder afirmar de cabeça bem erguida perante o mundo inteiro.

Ao Movimento Associativo, a esta extraordinária expressão de união voluntária e activa dos cidadãos em torno das suas Colectividades, das suas Associações e das suas Instituições – da mais diversa natureza e intervindo nas mais variadas áreas da vida colectiva –, àquilo que mulheres e homens bons, dedicados, na esmagadora maioria voluntários, souberam e sabem fazer na promoção e enriquecimento do saber, do conhecimento e do bem estar de todos nós, devemos seguramente uma parte muito substancial e muito importante daquilo que é a nossa própria identidade enquanto Povo.

O contributo do Movimento Associativo para a construção desta nossa identidade foi assim nos tempos mais duros da luta contra a repressão, contra o obscurantismo, contra a violência de um regime político que sobrevivia e sobreviveu apenas porque assente na opressão e na ignorância. Foi assim o seu contributo nesse negro período da nossa história recente, durante o qual foi neste Movimento Associativo que tantos e tantos Democratas e Anti-Fascistas encontraram espaço e acolhimento para poderem desenvolver uma luta consequente contra o regime que violentava todos os Portugueses, que acabaria por desaguar na esplendorosa Madrugada Libertadora de 25 de Abril de 1974.

E esse contributo do Movimento Associativo é assim hoje, em Liberdade e em Democracia, quando assume o seu lugar próprio na empolgante tarefa comum de incessante construção de uma sociedade cada vez mais fraterna e mais justa, não apenas no respeito profundo, mas essencialmente numa prática e afirmação coerente e continuada dos valores mais perenes e importantes do 25 de Abril de 1974, da libertação do Povo Português do jugo dos tiranos.

Por isso entendemos justo reproduzir aqui – com ênfase e sublinhado –, uma passagem do Edital nº 38/X-2º/2010-11 desta Assembleia Municipal (deliberação sobre o Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo, que aprovámos já neste mês de Fevereiro):

“O movimento associativo almadense afirma-se como importante movimento de carácter cultural, recreativo, desportivo e cívico, cuja intervenção é sentida em todas as onze Freguesias do Concelho.

A identidade de Almada tem muito fundamento no associativismo popular, sendo um património, uma herança, uma vivência e um presente absolutamente insubstituível.

O Concelho de Almada é rico, protagoniza e afirma-se tanto pelo número como pela diversidade das suas cerca de quinhentas associações.

São as Associações de cultura, recreio, desporto, de solidariedade social, de criação artística, de educação, de consumo, de bombeiros, da columbofilia, de protecção dos animais, de campismo e caravanismo, escutismo.

São as Associações Juvenis nas áreas da música, do teatro, dos desportos náuticos e radicais, do montanhismo.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

São as Associações de pais e encarregados de educação, de estudantes e os seus clubes.

São as Associações informais, nomeadamente ao nível de bandas.

São as Associações do ambiente, do património, do desenvolvimento local, de moradores, de emigrantes.

São as Associações de tipo novo, de incentivo à democracia participativa para a defesa e gozo dos direitos consagrados constitucionalmente (das crianças, jovens, idosos, mulheres, deficientes, etc.), para o reconhecimento de novos direitos (das minorias, anti-racismo, etc.).

Com a Revolução do 25 de Abril de 1974, o Associativismo afirmou-se como esteio do progresso e desenvolvimento do Concelho de Almada.”

E no anexo àquele Edital, pode ainda ler-se:

“O Movimento Associativo é um dos elementos mais marcantes da história e da vida de Almada desde o Século XIX.

Assumindo diferentes formas de organização e de áreas de intervenção, tem-se caracterizado, desde sempre, por um forte envolvimento e participação dos almadenses ou daqueles que ao longo dos anos assumiram esta como a sua terra. O Associativismo teve papel relevante antes e durante a revolução republicana de 1910. Foi espaço de luta e resistência contra o fascismo, bem como escola de formação cultural e cívica de muitos cidadãos durante a ditadura e, desde a Revolução de Abril, é uma das mais importantes componentes da Cidade da Cultura, da Solidariedade, do Trabalho, da Democracia, da Liberdade e da Participação que hoje Almada é!

O Concelho de Almada possui um património sociocultural de grande significado no plano da actividade associativa, iniciado pela acção de colectividades centenárias que tiveram um papel fundamental como impulsionadoras da participação social e dinamizadoras da educação não formal.”

Este Movimento Associativo, assumindo características genuinamente populares, merece continuar a ser, por isso, acarinhado e incentivado a prosseguir aquela que é a sua intervenção insubstituível e irrevogável na sociedade que todos os dias, em conjunto, todos também nos empenhamos em constituir.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 24 de Fevereiro de 2011, delibera:

1. Expressar a sua total solidariedade e apoio ao trabalho desenvolvido por todas as Colectividades, Associações e Instituições que dão corpo ao Movimento Associativo Almadense, reafirmando a importância e o significado que o seu contributo activo constitui para a construção de um Concelho cada vez mais humano e fraterno de que nos orgulhamos todos, Almadenses.
2. Expressar a preocupação por sinais recorrentes de eventual tentativa de asfixia da actividade e intervenção do Movimento Associativo em geral, conduzida pela via administrativa e regulamentar, reiterando que, sem colocar em causa o respeito e cumprimento pelas Leis da República, ao Movimento Associativo devem ser, porque de justiça se trata, reconhecidas e respeitadas especificidades próprias que o enformam e caracterizam.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.1.4 - O Sr. Deputado Municipal Henrique Pires (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação O PRIMEIRO VOTO DAS MULHERES EM PORTUGAL

Com a proximidade do dia 8 de Março, dia Internacional da Mulher, prestamos homenagem à luta das mulheres portuguesas, pelo direito a uma cidadania plena, evocando Carolina Beatriz Ângelo.

Carolina Beatriz Ângelo médica Republicana, foi a primeira mulher a votar em Portugal e a 2ª mulher a exercer este direito cívico na Europa.

Comemora-se este ano o centenário deste voto memorável. O voto de Carolina Beatriz Ângelo representou um acto de ousadia num clima político desfavorável ao voto das mulheres. De facto, a Lei eleitoral de 1911, era ambígua quanto à concessão do direito ao voto ao sexo feminino, em virtude de não especificar o sexo dos cidadãos eleitores. Viúva e chefe de família, Beatriz Ângelo, solicita o seu ingresso nos cadernos eleitorais e a ser inscrita como votante. Após várias peripécias, vota efectivamente nas eleições de 28 de Maio de 1911.

Porém, a lei eleitoral de 1913, vai negar o direito de voto às mulheres. Os republicanos no poder foram insensíveis ao prosseguimento de uma via que tinha sido aberta com o voto de Carolina Beatriz Ângelo e não estiveram à altura de uma visão mais avançada, que colocaria Portugal como um exemplo na Europa daquela época. Um dos erros maiores da República foi ter desprezado a qualidade de vida de metade da população, as mulheres, no que diz respeito às condições de trabalho e à cidadania. A mesma insensibilidade fez-se sentir em relação ao movimento operário.

As mulheres portuguesas tiveram pois, que aguardar até 1974, pelo 25 de Abril, para poderem aceder a um direito elementar de cidadania, pois o direito ao voto para as mulheres introduzido no Estado Novo foi limitadíssimo e não era exercido em condições de liberdade.

Os avanços alcançados pelas mulheres em 100 anos não podem ser ignorados. Não é por acaso que historiadoras e historiadores chamam ao século XX: "O Século das Mulheres".

Contudo, uma das reivindicações de Carolina Beatriz Ângelo, apresentada no jornal *o Tempo* de 3/5/1911: igualdade de salários entre mulheres e homens, ainda não foi alcançada.

Como este direito, muitos outros continuam ainda por se concretizar.

As discriminações no trabalho, no acesso ao poder político, apesar da lei da paridade, a precariedade que atinge hoje milhares de jovens que saem das universidades e vão trabalhar para os "call-centers", o assédio sexual, as discriminações em função da maternidade, a violência que atinge mulheres de todos os sectores sociais, as mulheres imigrantes duplamente discriminadas, por serem mulheres e imigrantes, tudo isto nos faz pensar que longo é ainda o caminho das mulheres para alcançarem a igualdade plena de direitos.

Assim o Bloco de Esquerda propõe:

Que a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 24 de Fevereiro de 2011, delibere:

1 - Saudar todas as mulheres que lutaram e lutam pelos seus direitos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2 - Evocar o centenário do voto de Carolina Beatriz Ângelo, cujo nome já consta na toponímia do nosso Concelho.

3 – Recomendar que em comissão de representantes se organize uma iniciativa pública para assinalar este acontecimento."

6.1.5 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Batista (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Saudação Empreendedorismo Jovem

No passado dia 18 de Fevereiro, o Sr. Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional deslocou-se propositadamente a Almada, para visitar uma empresa que, em pouco mais de 5 anos de existência, é já líder de mercado em consultoria, investigação e sistemas de informação no domínio da biodiversidade, encontrando-se, presentemente, na fase de internacionalização dos seus serviços. A BIO3

Ora, esta empresa, para além do fundamental e louvável espírito empreendedor e enorme capacidade dos seus fundadores, também sustentou o seu início na prioridade assumida pelo Estado Português de apoiar o empreendedorismo e a criação líquida de postos de trabalho através de uma medida dinamizada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Almada – designada de Iniciativas Locais de Emprego.

Esta medida visa apoiar jovens à procura de primeiro emprego, desempregados e trabalhadores em risco de desemprego na criação de negócios de pequena dimensão em qualquer área ou sector de actividade económica, traduzindo-se os apoios, a fundo perdido, em duas vertentes: ao investimento e por cada posto de trabalho criado.

Mas mais, esta empresa exemplar a nível nacional beneficiou ainda de outras medidas do estado português, como os Estágios Profissionais e apoios à contratação, sendo de salientar que cerca de 70% dos jovens que estagiaram nesta empresa passaram para os seus quadro com contrato de trabalho formais.

Ou seja, esta empresa conjugando os apoios do Estado com o empreendedorismo dos seus promotores é hoje uma referência a nível nacional na sua área de especialização tendo atingido elevadas taxas consolidadas de crescimento.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária delibera saudar calorosamente estes jovens empreendedores de Almada e a empresa BIO 3 como bons exemplos de iniciativa empresarial apoiada pelo Estado Português."

6.1.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Os Cuidados de Saúde

A carência de médicos de família, o encerramento dos SAP, o funcionamento dos centros de saúde só até às 20h00, o tempo excessivo de espera para consultas de especialidade têm criado dificuldades e constrangimentos aos Utentes, no seu direito aos cuidados primários de saúde.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Daqui decorre a sobrecarga do serviço de urgências do hospital G.O, causando situações de ruptura nos serviços, com todos os inconvenientes para os doentes e profissionais da saúde.

Por isso o atraso na construção do hospital no Seixal, reconhecido pela Sr.ª Ministra da Saúde, é deveras preocupante.

Mas se esta realidade é, já por si, limitativa do acesso aos cuidados de saúde, a situação decorrente dos cortes no financiamento ao S.N.S, o aumento das taxas moderadoras, a retirada de isenção a desempregados, pensionistas e idosos que auferem rendimentos ao nível do salário mínimo, os aumentos dos medicamentos, os corte nos transportes dos doentes não urgentes, então estamos a falar do impedimento generalizado do direito à saúde.

Estas medidas de carácter economicista de redução dos custos do Estado com a saúde, estão igualmente a criar dificuldades nas Associações de Bombeiros que têm desempenhado um verdadeiro serviço público. De facto a redução da sua actividade poderá obrigar a despedimentos de bombeiros.

A desresponsabilização e retirada do Estado de serviços público essenciais, como por exemplo, a rede de cuidados continuados, está a ser colmatada, no concelho de Almada, pela Cooperativa Almadense e pela Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta, que com persistência e muito trabalho conseguiram levar por diante estes projectos. Finalmente, após quase onze anos, a Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta procedeu ao lançamento da 1ª pedra do novo equipamento. As instituições citadas contaram sempre com o apoio do Município de Almada. Todavia não podemos deixar de insistir junto do Poder Central para garantir aos Utentes o acesso a estas unidades, desde logo nos internamentos, de acordo com os princípios do SNS, isto é, tendencialmente gratuito.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 24 e 25 de Fevereiro de 2011 decide:

- a) continuar a pugnar pela defesa do SNS para o efectivo cumprimento do direito à saúde das populações, conforme inscrito na Constituição da República;
- b) exigir do Governo a eliminação das taxas moderadoras no SNS;
- c) exigir do Governo a contratação de médicos de família, a melhoria dos horários de funcionamento dos centros de saúde apetrechando-os com meios técnicos e profissionais necessários;
- d) recomendar ao Governo que tome todas as medidas necessárias para ultrapassar os atrasos na construção do hospital no Seixal;
- e) exigir do Governo a revogação de todas as medidas que limitam o transporte de doentes não urgentes;
- f) solidarizar-se com as corporações de bombeiros nas acções que levarem a efeito para a defesa das suas instituições;
- g) saudar a Cooperativa Almadense de Solidariedade Social e a Liga dos Amigos do Hospital de Almada pelo empenhamento na criação de condições de dignidade para a vida das comunidades nos cuidados de saúde, designadamente dos idosos."

6.1.7 - O Sr. Deputado Municipal António Maco (CDS-PP):



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Tarifas e Carreira 103

Reposição imediata das tarifas até montante permitido por Lei e Carreira 103 suprimida

O aumento desmesurado e abusivo do custo dos transportes da empresa *TST* (Transportes Sul do Tejo) que opera e pratica um serviço público neste caso no concelho de Almada, leva-nos a censurar este facto que torna a vida dos seus utentes ainda mais difícil comprometendo mesmo o acesso livre e opcional em termos de mobilidade e acessibilidades a todos os pontos do concelho.

Este aumento das tarifas que fica muito além do previsto na Lei, é ilegal e desproporcionado tendo em conta os momentos de dificuldade que o país atravessa funcionando mesmo como um imposto adicional sobre o aumento já previsto na Lei.

A Mobilidade é um Direito que a todos assiste e não deverá ser esse direito e essa necessidade utilizado para que sejam os que mais precisam e menos podem pagar a suportarem os custos de políticas desacertadas ou aumentos de lucros extra.

O mesmo desacerto se passa em relação aos horários versus necessidades reais da população.

A Carreira nº 103 que efectua o seu percurso Almada - Almada Fórum aos Sábados, Domingos e Feriados foi sem qualquer explicação cabal suprimida no horário do fecho do centro comercial levando a que os seus passageiros entre lojistas, clientes e os demais que encerram a sua actividade à meia-noite, mais precisamente os que têm de descer no Feijó, Laranjeiro, Barrocas e Cova da Piedade fiquem incapacitados de o fazer de forma conveniente e em segurança.

A desigualdade de tratamento entre municípios é notória quando a Carreira 104 servindo outras zonas funciona sem alterações, e essa sim, já com horários mais adequados à realidade.

Considerando a necessidade do Concelho de Almada ter uma rede rodoviária que sirva convenientemente com horários adequados às necessidades de mobilidade e segurança dos seus utentes, como também, um custo proporcional e adequado à realidade económica do País e do Concelho a Assembleia Municipal de Almada reunida em 24 de Fevereiro de 2011 delibera:

1 - Exigir da empresa *TST* - Transportes Sul do Tejo que reponha de imediato as tarifas adequadas tendo em conta apenas o aumento permitido por Lei.

2 - Solicitar à *TST* - Transportes Sul do Tejo que reponha aos Sábados, Domingos e Feriados a Carreira nº 103 (Almada - Fórum) em horários nocturnos adequados às necessidades dos seus utentes."

6.1.8 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Projecto de Recomendação

Por mais infra-estruturas de Lazer

A actividade desportiva e de lazer além de uma necessidade é também, um direito que deve estar ao alcance e ao dispor de todos tornando assim a vida mais saudável e com menores riscos para a saúde.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

É notório na população o aumento dos problemas e complicações para a saúde decorrentes de uma vida sedentária, monótona e com horários sobrecarregados no dia-a-dia onde as actividades físicas e de lazer são relegadas para segundo plano ou desaparecem mesmo do quotidiano das populações.

O aumento do custo de vida, nomeadamente as tarifas de ginásios que têm vindo a aumentar consideravelmente devido à subida do IVA tem contribuído para que as mesmas se afastem cada vez mais das actividades físicas e de lazer levando a uma baixa na sua qualidade de vida. Muitas dessas pessoas com necessidades de actividade física são jovens em idade escolar tal como os mais idosos que não têm capacidade para despende financeiramente esses encargos adicionais.

Assim sendo, é notório, a necessidade de improvisar por parte de quem não tem capacidade nem disponibilidade para frequentar ginásios e health clubs a procurarem alternativas bem mais em conta nomeadamente aquelas que podem ser praticadas ao ar livre e gratuitamente.

Posto isto, e tendo as autarquias um papel fundamental nessa qualidade de vida dos seus munícipes, a Assembleia Municipal de Almada reunida na Cova da Piedade no dia 24 de Fevereiro de 2011 recomenda:

Que a Câmara Municipal de Almada possa tomar as diligências necessárias e criar as condições para que sejam instalados à semelhança de outros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa em jardins, espaços verdes e parques públicos, aparelhos de ginástica adaptados ao ar livre designadamente no Parque da Paz, para que os munícipes possam utilizar gratuitamente os mesmos e para que possam usufruir na plenitude dos benefícios que os espaços lhes proporcionam."

6.1.9 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas umas breves considerações sobre os textos que foram apresentados neste período da ordem de trabalhos.

Na generalidade os textos têm condições quase todas para merecerem a aceitação da parte da bancada do Partido Socialista, a aceitação obviamente como é habitual nestes casos centra-se nos aspectos centrais e na componente resolutive e desvaloriza algumas considerações que são excessivas e que muitas vezes não estão provadas, como por exemplo a Moção apresentada pela CDU sobre a temática eleitoral. O Grupo de eleitos do Partido Socialista não tem dúvidas mas não pode subscrever considerações abusivas e apressadas que como disse já, ainda estão por provar, mas entendemos que é importante frisar a importância e no fundo sublinhar a verdade eleitoral e dignificar o processo eleitoral, portanto votaremos a favor da parte resolutive dessa Moção.

Há no entanto duas Moções que não podem merecer a nossa concordância. São Moções que têm a ver com aspectos essenciais do que temos designado ultimamente por Estado Social e que representam visões gravemente contrastantes com aquela que o Partido Socialista defende e preconiza na Sociedade Portuguesa.

É entendimento do Partido Socialista que a defesa da Escola Pública e a defesa do Serviço Nacional de Saúde são pedras fundamentais da intervenção política dos socialistas. São preocupações centrais e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

são uma constante do seu discurso político e da sua intervenção política. Nós entendemos que o Governo com a acção que desenvolve em matéria de saúde e em matéria de educação está em condições de garantir aos portugueses a preservação do essencial dessas conquistas de Abril, e a continuação das traves mestras do Estado Social que com a ajuda imprescindível e importantíssima do Partido Socialista foi construído em Portugal.

E portanto, esta era a consideração que gostava de fazer sobre estas matérias."

6.1.10 - O Sr. Deputado Municipal Hugo Luz (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Saudação ao Movimento Associativo, é essencialmente um pedido de esclarecimento no que toca ao ponto 2, à sua parte resolutiva.

Este esclarecimento tem sobretudo pela sua parte dúbia como é apresentada, será importante a clarificação, o que é que está subjacente a expressões como "sinais recorrentes de eventual tentativa de asfixia da actividade e intervenção do Movimento Associativo", e com franqueza, particularmente depois do Regulamento que foi aqui aprovado em Assembleia Municipal e que a Moção também evidência, preocupa-me esta parte final na sua compatibilização, porque uma coisa é o respeito pelas Leis da República e isso tão só devia-nos bastar, não consigo compreender esta necessidade de evidenciar algo que na Assembleia onde se aprovou este Regulamento já foi aqui denotado que é concretamente formas encapotadas de construir situações propiciadoras de desigualdade. Portanto, o esclarecimento que se pede aqui é tão somente para se perceber o propósito político deste segundo ponto que é apresentado. Por tudo o mais da Moção é como já havia dito na Sessão onde se aprovou o Regulamento, um texto que alude ao Movimento Associativo com o qual nós não podemos deixar de concordar, agora os propósitos com que se apresentam Moções que têm este teor deliberativo têm que ser claramente esclarecidos no sentido de podermos votar favoravelmente algo que na sua raiz todos nós concordamos que é o apoio incedível ao Movimento Associativo."

6.1.11 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Braga (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Irei expressar rapidamente o sentido de voto do Bloco de Esquerda.

Relativamente às Moções apresentadas pela CDU iremos votar a favor.

Relativamente à Moção do CDS sobre os TST teremos naturalmente que votar a favor, tanto mais que já não é a primeira vez que nesta Assembleia Municipal se exige às Empresas de Transportes Públicos que funcionam no nosso Município para que preste um serviço de qualidade aos Municípios.

Relativamente à Moção do CDS sobre equipamento de lazer, iremos votar favoravelmente.

Quanto à Moção do PSD, surgem-nos algumas dúvidas. Em primeiro lugar gostaríamos de perceber o que é que querem dizer com, e vou citar: "pelo IMI e IMT pago que é sem dúvida o mais caro do Concelho e do País". Bom, certamente como saberão não é.

Em primeiro lugar vamos a factos, quando estamos a falar de IMI estamos a falar de uma referência que é o valor patrimonial, e tendo por base o código do IMI o valor patrimonial calculado com base numa



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

formula, em que uma das partes, uma das parcelas, é o coeficiente de localização. E suponho eu que seja sobre este coeficiente de localização que o PSD se esteja a aludir em grande medida. E mesmo que não seja, vamos aqui a esta primeira parte. Coeficiente de localização, o coeficiente de localização varia entre 0,4 e 2. A Herdade da Aroeira tem um coeficiente de localização de 1.95, desde já lançamos aqui o repto a uma eventual revisão deste coeficiente de localização em sede de CNAPU, porque faz todo o sentido que seja eventualmente revisto. Tanto mais que se formos a coeficientes de localização no nosso Município vemos que há locais, que há zonas bem mais degradadas, bem mais vetustas, bem mais ocupadas por tecidos sociais substancialmente mais sensíveis e frágeis que têm coeficientes de localização superiores. Por exemplo Avenida Dom Afonso Henriques que tem um coeficiente de localização de 2; toda a zona do Centro Sul que tem um coeficiente de 2; Ruas do Regil; de Alvalade, António Henriques, toda a Costa da Caparica tem um coeficiente de localização 2.

Relativamente ao IMT, eu tenho muita pena, mas quando uma moradia vale dois milhões ou três milhões de euros, naturalmente que vai ter que pagar mais IMT do que um apartamento de setenta e cinco mil euros, isso é legítimo. Portanto, não é por pagarem mais que têm direito a melhor tratamento ou pior tratamento, é igual tratamento.

Por outro lado, a Herdade da Aroeira do ponto de vista urbanístico é um verdadeiro gene, porque funciona como condomínio privado, do ponto de vista de mercado para valorizar o património que lá está no momento de venda, não funciona como condomínio privado do ponto de vista fiscal, por isso necessariamente teria uma majoração em sede de IMI, o que não favorece naturalmente quem lá adquirir imóvel. E portanto assumindo que é um condomínio privado, desde logo as infra-estruturas viárias seriam da responsabilidade do condomínio, tal como diz o número 4, do artigo 43º, do Decreto-Lei nº 555/99 que é o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação. E portanto, nesse sentido aquilo que é proposto pelo PSD relativamente à rede viária, cai por terra.

Portanto, nós temos aqui um problema que é, por um lado não é verdade que a nível nacional a Herdade da Aroeira pague o IMI e o IMT mais alto, é preciso não esquecer que há empreendimentos substancialmente de maior luxo um pouco espalhados por todo o País e não é necessário ir ao Algarve para ver isso, por outro lado há esta questão que é preciso desde logo esclarecer se a Herdade da Aroeira é ou não é um condomínio privado e, antes de exigir à Câmara Municipal pelo menos na nossa óptica que haja uma certa ingerência num assunto que é de um condomínio, neste caso a Silaroeira, é preciso que a Silaroeira se organize e funcione enquanto tal.

Relativamente à Moção do PS sobre o empreendedorismo jovem. De facto o empreendedorismo é algo fundamental, o empreendedorismo jovem e não só, é algo que deve ser saudado. No entanto, na nossa óptica esta Moção peca por ser uma mescla de ao saudar uma determinada empresa que terá necessariamente os seus méritos, ao saudar um conjunto de programas casuísticos com valor sem dúvida mas casuísticos que são aqui enunciados, ao saudar o Governo enquanto um todo, e portanto nós estamos um pouco confusos. tanto mais, que é preciso não esquecer que no que concerne a empreendedorismo este Governo não há muito tempo enunciou por três momentos diferentes



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

exactamente o mesmo pacote de medidas, o micro investe, o investe mais, que passado pouco tempo deixou cair e não há muito tempo voltou a recauchutar através ... social.

Portanto, que empreendedorismo aqui querem saudar? É esta empresa em particular? É o empreendedorismo jovem em Almada e para isso não seria necessário especificar nesta empresa em particular? Ou são estas medidas um tanto ou quanto casuísticas que aqui são aludidas, esquecendo todas as outras que entretanto têm deixado cair? E por este motivo, apesar de reconhecermos o mérito desta empresa e de tantas outras que no nosso Município lutam para sobreviver dia após dia, iremos votar naturalmente contra."

6.1.12 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É só para muito rapidamente acedendo ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Hugo Luz do PSD, dizer-lhe que não há aqui nada de dúbio nesta Proposta de Deliberação. Talvez o Sr. Deputado desconheça, talvez o Sr. Deputado não tenha estado atento, mas há neste momento grandes preocupações no Movimento Associativo em geral relativamente à actuação indiscriminada e sem cuidado de algumas entidades fiscalizadoras à actividade neste domínio. O Sr. Presidente da Incrível Almadense na última Sessão da Assembleia Municipal que realizamos precisamente nas instalações da Incrível Almadense, teve a oportunidade no Período de Intervenção do Público referir-se a estas preocupações. Portanto, não há aqui nada de dúbio, é muito claro, o que nós estamos a pedir é que se cumpram as Leis da República necessariamente, mas com bom senso."

6.1.13 - O Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É só para fazer uma pequena nota relativamente à intervenção do Bloco de Esquerda sobre o empreendedorismo.

Eu compreendo que é mais fácil quando nós temos empresas a encerrar, ter aqui votos de congratulação ou de apoio aos trabalhadores que perderam o emprego, mas como neste caso nós estamos a falar de uma jovem empresa que criou vinte e tal postos de trabalho e que está em franca expansão, de facto é difícil ter uma postura positiva perante isso. É evidente que nós temos um caso e é um exemplo, felizmente existem outros que também podiam ser apresentados. Agora, o que eu queria deixar registado de facto, é que o Bloco de Esquerda vai votar contra uma saudação ao empreendedorismo."

6.1.14 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uns breves comentários à intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista, exactamente, o Sr. não trouxe nenhuma novidade a esta discussão, porque de facto nós temos posições bem diferentes sobre a concepção, mas sobretudo sobre as práticas de defesa do Estado Social, designadamente do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Pública. Nós consideramos que não é defender o Serviço Nacional de Saúde a política que tem sido seguida. Não é apoiar os mais necessitados na dita defesa do Estado



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Social, retirar a isenção das Taxas Moderadoras a desempregados, aos pensionistas que estão com salários, enfim, ligeiramente acima do salário mínimo nacional considerar que já se é rico neste País, isto não é defender o Estado Social, não é apoiar o Serviço Nacional de Saúde. O desinvestimento que tem sido feito na saúde canalizando o apoio aos grupos financeiros para, fecha-se o público constrói-se a seguir para privado, não é defender o Serviço Nacional de Saúde. Digamos que a não criação de condições para que os cuidados primários de saúde sejam garantidos às populações, não é defender o Estado Social, o Serviço Nacional de Saúde, as responsabilidades do Estado perante estas situações, assim como retirar o direito ao transporte dos doentes não urgentes. Põe em causa a saúde das populações, põe em causa as camadas mais necessitadas, põe em causa os Bombeiros. Por falta de tempo não direi mais nada sobre isto, mas creio que efectivamente não estranhámos e não estamos desiludidos com a posição do PS, porque aqui o PS não pode defender o contrário do que são as políticas do Poder Central."

6.1.15 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

São-nos aqui apresentados hoje alguns textos difusos, de interesse pouco compreensível, cheios de complexos ideológicos e muito pouco relevantes para Almada e para a vida dos seus cidadãos.

E continuamos a assistir neste período a muitas manobras de diversão que nos retiram daquilo que é essencial nesta Assembleia, que é discutir Almada, os seus problemas e as suas soluções. Mas, apresentados que estão, dizer que não nos revemos em muitos dos textos, um discurso completamente estagnado na história, ainda assim alguns méritos das partes deliberativas não nos levarão a votar contra.

Votaremos contra a Moção sobre a Educação, de facto o problema da educação em Portugal não é a falta de investimento no ensino público. Somos dos países da União Europeia que mais gastamos, gastamos acima da média europeia de proporção do PIB, no ensino público, temos é um problema de falta de rigor, temos um problema de falta de exigência, de recompensa ao mérito, temos sobretudo um gravíssimo problema de falta de liberdade de escolha de escolas, de famílias e de comunidades.

Depois, dizer que votaremos a favor da Moção do PSD, pelos problemas que detecta e a solução que pretende dar-lhes. Mas de maneira nenhuma podemos subscrever o início do terceiro parágrafo que diz que "esta Câmara tem promovido uma forte aposta no turismo e na qualidade". Não estamos em crer nisso e achamos que havia muito mais a fazer durante estes anos todos e que tem colocado Almada à margem daquilo que poderia ser um interessantíssimo ponto de atracção do turismo."

6.1.16 - O Sr. Deputado Municipal Hugo Luz (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Novamente e ainda sobre a Moção sobre o Movimento Associativo. O que eu tenho a dizer é que de facto a minha intervenção teve algo de positivo e clarificador. Portanto, ficámos a saber aqui que de facto aquilo que preocupa o Sr. Deputado é uma intervenção e obrigado por nos trazer a memória dessa intervenção, é a ASAE, acho que aqui todos aceitaremos que não é uma entidade que nós de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

forma calorosa sentimos a sua actividade, mas ficamos a saber que a bancada da CDU olha para a questão que foi suscitada na intervenção do Presidente daquela Associação em concreto, que manifestou as suas carências e as suas dificuldades para cumprir com despachos resultantes da aplicação da Lei, falava-se da ausência de um livro de reclamações, e portanto, sendo essa a questão é importante que aqui a Assembleia perceba o conteúdo e o contexto em que este segundo ponto é aqui inserido, para percebermos com clareza o que é que a CDU entende por "eventual tentativa de asfixia e actividade do movimento associativo", quando o que está aqui em causa bem ou mal é a aplicação da Lei."

6.1.17 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas uma nota e depois pedia para que a Sr.^a Vereadora Amélia Pardal fizesse uma intervenção a propósito da Moção sobre a Herdade da Aroeira, mas deixar nota de que o coeficiente de localização não é fixado pela Câmara Municipal. Consultam-nos mas depois não acolhem as propostas que os municípios apresentam. Isso é um facto, e de facto é assim. Portanto, deixava essa nota esclarecedora. As propostas do Município não são coincidentes com aquelas que vieram a ser aprovadas e postas em prática e portanto é partir naturalmente da aplicação do coeficiente de localização também, que chegamos ao valor patrimonial e é sobre o valor patrimonial que incide depois o imposto respectivo. Mas, dizer que no nosso Concelho, por exemplo, a taxa de urbanização nesta área é a mais baixa do Concelho, mas não é só ali, é também em muitas outras áreas do nosso Concelho. Está no Regulamento de Tabelas, Taxas, Tarifas e Preços. Mas deixava nota também que há aqui dois tempos, há um conjunto de áreas anteriores ao 25 de Abril e há uma grande área posterior que deu lugar nomeadamente aos dois golfes, etc., etc.. E portanto, nós também podemos dizer que há um forte contributo municipal e através de um contrato de urbanização foi feito nesse sentido para que naquele território e disseram bem, também se fizesse sentir o incremento em termos infraestruturais, no sentido do desenvolvimento do turismo, sendo certo que é preciso fazer muito e muito mais, e aí estamos todos, obviamente de acordo.

Mas, eu pedia à nossa Vereadora que se identificou e está há um ano nesta área e que domina muitíssimo bem este dossier, que nos deixasse aqui algumas notas."

6.1.18 - A Sr.^a Vereadora Amélia Pardal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente à questão da Herdade da Aroeira, só dizer ao Sr. Deputado que relativamente às questões das taxas de urbanização, veja o Diário da República, 2^a Série, nº 10, de 14 de Janeiro 2011, páginas 3095, artº 100, e verá que há da UNOP 1 à UNOP 14 duas taxas de urbanização, 55/17 e 52/92 e a da Aroeira é 52/92.

Relativamente ao IMT, dizer também obviamente que não sendo definido por nós, deriva do valor da transacção e se cada um de nós tiver uma casa de quinhentos mil euros, naturalmente que terá que pagar mais do que alguém de cem mil euros. É natural que aquelas casas tenham um valor de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

transacção mais elevado porque têm áreas mais elevadas, como sabe, portanto não vale a pena dizer que são os mais altos do Concelho, não são mais altos nem mais baixos, depende obviamente da área de construção.

Só precisar algumas questões, esta de facto é uma matéria que conheço de perto, porque estavam feitos e foram completados dossiers sobre a Herdade da Aroeira, alguns estão aqui comigo e portanto conheço de trás para a frente neste momento os problemas da Herdade, e a Herdade da Aroeira é um território como outro do Concelho de Almada, não é nenhum território especial, não é um condomínio fechado, aliás como foi aqui colocado, é um território da Aroeira onde existem quatro alvarás de loteamento.

Os maiores problemas e onde surgem os problemas não é no alvará de 1995 que é o último e que é o grande espaço, são duzentos e oitenta e cinco hectares, mas nos três alvarás dos anos setenta. Nestes alvarás herdámos uma situação de facto altamente complexa, foi feito e aprovado um projecto que tinha fundamentalmente vias naturalizadas sem qualquer impermeabilização e aquilo que foi feito ao longo do tempo, quer pela SILCOGE, mais recentemente, quer pelos proprietários, foi um conjunto de regas asfálticas que impermeabilizaram o terreno e criaram um conjunto de problemas graves, criaram os buracos que existem hoje na Aroeira. Graves, criaram grandes problemas nas redes de drenagem, há uma intervenção como disse e como referem muito regular dos SMAS para resolver problemas que decorrem desta situação. Portanto, o projecto aprovado previa um funcionamento, um território que não tem nada a ver com o território que lá está hoje, E portanto nós estamos perante um problema que é da responsabilidade de vários.

E, ao longo deste ano de facto foram feitas um conjunto de reuniões e diria muito rapidamente para se perceber que a Câmara está a acompanhar e está a acompanhar para agir. Foram feitas seis reuniões de trabalho com os serviços directamente com a DGAU 4 e para regularizar muitas situações da Aroeira, muitas delas regularizadas.

Foram feitas quatro reuniões internas de trabalho com serviços da Câmara e dos Serviços Municipalizados para conhecermos em detalhe e produzir um dossier que tenho sobre todas as situações mais graves da Aroeira.

Foram realizadas comigo directamente duas reuniões com a Associação, uma reunião com a SILCOGE, foi feita uma visita à Herdade comigo e com o Vereador Rui Jorge, com Dirigentes e Técnicos e com a Associação no dia 24 de Fevereiro 2010. Posso-lhe dizer as datas todas, dia 7/4/2010 foi feita uma nova visita com os dirigentes; dia 4/6/2010 foi feita uma reunião com o meu Adjunto e com o Director Municipal à SILCOGE, e neste momento está feita uma proposta de trabalho para desenvolvermos em conjunto com a SILCOGE e com a Associação no sentido de apurar por um lado quem deve ou não deve fazer o quê, e quem vai também obviamente assumir a responsabilidade relativamente a estas matérias.

Dizer também que a própria Associação é mensalmente informada do ponto da situação.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Dizer também de qualquer forma que foram feitas um conjunto de intervenções longe de resolver este problema, mas que foram feitas ao longo deste ano. Houve uma intervenção dos Serviços Municipalizados de manutenção e reparação da estação de VACO no valor de sessenta e três mil euros; houve uma intervenção na rua mais degradada, a Rua dos Aloés e acesso, utilizando também material reciclado da fresagem do pavimento do IC20 e que resolveu parte significativa do problema. Foram também reparados um conjunto de buracos mais graves nos acessos a esta rua e foi ainda substituída a sinalização mais degradada na via principal.

Dizer que também foi aumentada a regularidade de recolha da caixa de verdes e monos, que é um problema que nós conhecemos. Ainda há poucos dias houve uma reunião com o Sr. Vereador Rui Jorge, comigo e com os Técnicos, no sentido também de se encontrar uma solução que está a ser desenvolvida e que vai ser implementada rapidamente, que é a preparação em articulação com a SILCOGE, da colocação de uma caixa maior exclusivamente para os verdes, para que possam ser depositados quer por empresas, quer por particulares.

Portanto, pensamos que, se há território e se há questões que estão a ser acompanhadas são estas, não há condição de certeza de acompanhar desta forma todo o território do Concelho de Almada, por mais Vereadores que existam e por mais técnicos que existam."

6.1.19 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É para isso mesmo que eu trago aqui as Moções, para que haja discussão delas, e fico contente porque já tive aqui uma série de esclarecimentos que já há vários meses queremos ter e que nunca conseguimos. Inclusive alguns problemas que falou aí, ainda esta semana a própria Administração não sabia da sua resolução ou encaminhamento. No entanto, é verdade e concordamos nalgumas coisas, e por isso é que nós dizemos aqui que é preciso passar da acção ao terreno, porque todos nós e nós conhecemos bem o território. Falou realmente por exemplo da Rua dos Aloés, mas e as outras todas? A questão aqui é, quem tem e quem pode deve pagar, sem dúvida e de forma igual, eu já nem vou discutir a história do IMI, porque há outros factores para além do factor de localização, como o Sr. Deputado sabe.

IMT, se tem que pagar mais é porque tem mais, deve pagar, e o tratamento deve ser apenas igual, nem melhor, nem pior, igual. E que fique aqui claro, porque a intenção desta Moção nunca dói outra a não ser que os problemas daquela zona sejam resolvidos. Da mesma forma que a Câmara fez a intervenção que fez na Av.^a D. Afonso Henriques e na Egas Moniz, a Câmara em colaboração com a Associação, mas a Rua está arranjada. E era uma necessidade de há muitos anos, foi resolvido.

Há lá uma outra questão ainda pendente mas que vai ser resolvida e que eu sei que a Sr.^a Vereadora também sabe. Mas em relação ao território da Herdade da Aroeira o importante é que os problemas se resolvam. E é para isso que nós trazemos aqui as Moções. Há aqui certos assuntos que foram levantados e que poderíamos estar aqui a noite toda a discutir e alguns pormenores que não interessam agora porque são apenas pormenores, mas a principal intenção do PSD, foi primeiro aquilo é um



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

território de todos, não é um território particular, e eu aqui aproveito para responder ao Sr. Deputado. E é assim que deve ser tratado um território de todos, com especificidades próprias e que ainda bem que as tem. Porque é uma mais valia para o nosso Concelho, porque as pessoas quando lá vão, fazem despesa no Concelho, dormem no Hotel da Costa da Caparica, dormem no Hotel da zona do Tribunal, fazem despesa, dormem no Mélia, consomem nos nossos restaurantes, jogam Golf, e isso é importante para o Concelho.

Obviamente Sr. Deputado Fernando Pena, eu quando digo que a Câmara tem promovido uma forte aposta no turismo, na qualidade, tem. Pelo menos a nível teórico e na propaganda tem. Eu já fui a não sei quantos fóruns e planos de apresentação do turismo e vejo que há vontade, muitas vezes não passa é da vontade, mas tudo bem. A gente pelo menos vai aos fóruns e fica contente, vê os desenhos, vê as palavras bonitas, estamos à espera que ainda o último fórum de apresentação do Plano Turístico no Museu de Almada, adorei, foi espectacular, é pena é que ainda não tenha visto nada, mas foi espectacular e gostei bastante e estou expectante para o plano e para a resolução e para o turismo fantástico que vamos ter no Concelho de Almada nos próximos, espero que não trinta anos, espero que seja até ao final do Mandato obviamente que é impossível."

6.1.20 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Clarificar o sentido de voto da CDU.

Votamos obviamente a favor da Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, e obviamente contra a Moção sobre a Aroeira apresentada pelo PSD, invocando sem necessidade de acrescentar nem uma vírgula à argumentação aqui produzida pela Sr.^a Vereador Amélia Pardal.

Relativamente às outras três Moções, queríamos fazer os seguintes comentários: Em relação à Moção que o CDS apresenta a propósito dos TST, já foram apresentadas por nós e aqui votadas favoravelmente um conjunto de Moções neste sentido com uma visão muito mais ampla deste problema e não confinadas apenas a uma carreira para o Almada Fórum ou à questão actual das tarifas, questões com as quais obviamente estamos de acordo e subscrevemos e vamos votar favoravelmente a Moção. Mas, convirá dizer que para nós é muito mais do que isto que aqui está. Há um desmantelamento e uma privatização do Serviço Público de Transportes, transformada numa panóplia de interesses privados que os TST são uma peça no Concelho de Almada e relativamente a esta empresa que tem sido gerida exactamente no sentido do lucro privado e não no interesse dos cidadãos deste Concelho, há muitos mais casos que de resto já apresentámos e votámos aqui em Moções anteriores e que têm afectado a população do nosso Concelho em muitas outras áreas.

Relativamente à Moção apresentada pelo CDS sobre as infra-estruturas de lazer, nós gostaríamos de dizer que o apoio da Câmara Municipal de Almada, exemplar ao longo do tempo, a nível de infra-estruturas desportivas e para a prática do lazer dos cidadãos e para a prática desportiva e para a qualidade da sua própria saúde através do desenvolvimento físico dos cidadãos de Almada, revela em



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

primeiro lugar uma perspectiva muito mais ampla do que a necessidade reactiva de responder às dificuldades de pagar os ginásios e os health clubs.

Nós defendemos que não há deficit de equipamentos desportivos no Concelho, que há respostas para uma prática desportiva e para o lazer dos cidadãos amplamente instalada e gostaríamos de dizer mais o seguinte, e isto é importante.

Hoje mesmo relativamente à implantação deste tipo de equipamentos, não aceitamos que ela seja feita desta forma casuística como se fossemos agora semear no Parque da Paz ou noutros sítios estes equipamentos, quando hoje há um debate profundo e sério sobre o modo como isto deve ser feito, nomeadamente nas questões de apoio do ponto de vista médico, que nos ginásios apesar de tudo já há, porque há monitorização, porque há um atestado médico de entrada. Portanto trata-se de semear equipamentos, a intenção à partida pode parecer muito boa, qualquer medida neste sentido deve ser amplamente meditada e promovida com o apoio necessário para que isto venha a ser um bem para os cidadãos de Almada.

Por estas razões que reputamos de muito responsáveis votaremos contra esta proposta.

Finalmente em relação ao empreendedorismo jovem do Partido Socialista. Convirá dizer que o PS apresenta um exemplo de um caso de sucesso que justamente deve ser saudado, estes jovens devem ser saudados pelo seu trabalho, mas transforma-o num auto elogio à política do Governo e centra a Moção num auto elogio a si próprio.

É em tempo que já se nota que o navio está a ir ao fundo que o PS mostra ter a necessidade cada vez maior de apresentar elementos isolados de uma política global relativamente à juventude porque é o que aqui está, e branquear aquilo que é uma política absolutamente desastrosa para a juventude portuguesa que só melhorará quando mudarmos de política e da política deste Governo. Portanto, falamos da precariedade de trabalho entre os jovens, falamos do desemprego que afecta a população portuguesa e sobretudo os jovens, falamos de uma política de juventude desastrosa que proíbe a realização pessoal aos jovens. Não confundimos estes apoios, estas oportunidades como oportunidades reais de trabalho e de realização pessoal da juventude, mas sendo úteis em si mesmas, não são mais do que remendos e panaceias relativamente a uma política de fundo que é profundamente esburacada.

Denunciamos a generalização abusiva deste caso, como se isto fosse a solução estrutural de algum problema. Estes jovens merecem o nosso apoio, o sucesso desta empresa merece o nosso apoio, nós saudaremos sempre as medidas que levam à criação de emprego e de postos de trabalho. Saudamos todos os contributos positivos para o desenvolvimento produtivo no Concelho, este e muitos outros, e a propósito podemos congratularmo-nos também pela recente inauguração do Laboratório da Nanofabricação da Faculdade de Ciência e Tecnologia que vai propiciar a possibilidade de avanços significativos num domínio onde já há um reconhecimento internacional deste trabalho. Isto apenas para enquadrar a questão, o que é desenvolvimento do Concelho nós apoiamos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nós vamos votar favoravelmente esta proposta como apoio a medidas de desenvolvimento e de incentivo ao trabalho dos jovens e de saudação ao trabalho destes jovens, mas com a clarificação pública de que não as confundimos de maneira nenhuma com a política desastrosa deste Governo, e não estamos a dar cobertura a este branqueamento que é o que pretende esta Moção."

6.1.21 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só me surpreendi na intervenção do Sr. Deputado Sérgio Taipas o ar sério com que conseguiu argumentar, porque é tão ridículo aquilo que diz, é tão ridículo que espanta-me conseguir dizê-lo dessa forma séria.

Mas, o que está em causa já sabemos, é que para o Partido Comunista a actuação da Câmara Municipal é perfeita, não menos do que isso, perfeita.

Qualquer proposta que traga uma sugestão de melhoria dessa actividade camarária, é impossível ser aceite pela bancada comunista porque não é possível melhorar aquilo que é perfeito. O que eu me espanta é que estes equipamentos existem, existem por exemplo em Lisboa, existem em muitas Cidades de Espanha, existem em muitas Cidade Europeias e que eu dê conta não está lá um médico escondido atrás de cada um desses equipamentos, ou essas Cidades e esses Concelhos são uma cambada de irresponsáveis que não sabem o que estão a fazer, ou o Sr. Deputado Sérgio Taipas apenas quis iludir o óbvio que é, vota contra porque vota contra tudo aquilo que sejam propostas de melhoria da actividade da Câmara."

6.1.22 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Brevemente, para dar a indicação de voto relativamente à nossa bancada.

No que diz respeito à Moção Investir na Educação, Defender a Escola Pública, reiteramos e apoiamos, aliás como bem se pode dizer, o apoio à Escola Pública, ao investimento cada vez mais e cada vez mais necessário nomeadamente nesta fase difícil em que qualquer investimento será bem vindo muito mais em prol da educação.

No entanto, gostaríamos também de deixar uma nota que cremos, o PSD crê que é também na complementaridade com o ensino privado que se deve fazer a excelência do ensino. Nos temos aqui duas vertentes, Escola Pública e o Ensino Privado, e acreditamos também que é nessa complementaridade que se consegue obter também os melhores resultados e a livre escolha dos cidadãos no que diz respeito à educação dos seus filhos.

No que diz respeito ao processo eleitoral das Presidenciais iremos votar a favor, nitidamente uma situação clara de incompetência e de desresponsabilização, foi por mais notória a tentativa de branqueamento da mesma e que deixou a nu as dificuldades de pôr na prática as virtudes apregoadas dos planos tecnológicos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Moção/Deliberação de Saudação ao Movimento Associativo iremos abster-nos, pelo facto de que no que diz respeito ao ponto 2 deliberativo existe uma notória falta de assertividade e de clarificação sobre uma Moção que se expressa em sinais recorrentes de eventuais tentativas.

Nós não somos adeptos deste tipo de informação, deste tipo de deliberação em que deixa muito pouco claro e muito pouco assertivamente o que é que se pretende, como já foi falado pelo meu Colega iremos abster-nos relativamente a esta Moção.

Iremos votar a favor como é natural a Moção do Bloco de Esquerda relativamente ao Primeiro Voto das Mulheres em Portugal.

Iremos votar a favor a Saudação ao Empreendedorismo Jovem, mas é uma pena que nesta Moção que poderia servir, como nós já fizemos aqui tantas outras vezes, elogiar uma empresa almadense, elogiar o empreendedorismo jovem de uma empresa almadense como exemplo para o nosso Concelho, tenha sido feita a tentativa de misturar isto com auto elogio às políticas governamentais e apenas deixava aqui uma nota, que poderia ter sido acrescentado a esta Moção também, para além do empreendedorismo jovem e para além da iniciativa empresarial que está aqui em causa, também a resiliência e a excepcional devoção que empresas como estas têm colocado quando vivemos uma situação económica complicadíssima com aumento de impostos por parte do Governo, o aumento do IVA e cada vez mais dificuldades de acesso ao crédito bancário. Foi pena que não tivéssemos também acentuado, elogiado esta empresa por conseguir vencer perante essas dificuldades.

Relativamente à Moção sobre a saúde, a nossa proposta seria de que votássemos a favor esta mesma Moção, mas pedíamos que pudesse ser votada por pontos. É conhecido que politicamente o PSD defende as taxas moderadas como uma ferramenta de racionalização do acesso à saúde, se bem que todos nós sabemos que a saúde é um bem a que todos nós devemos ter acesso de uma forma tendencialmente gratuita, mas também sabemos que há ferramentas que devem ser usadas para racionalizar o acesso a estas mesmas questões. Os recursos que nós temos hoje em dia ao dispor da saúde não são ilimitados e portanto se os proponentes desta Moção o entenderem, nós pedíamos que fosse votada ponto por ponto.

Iremos votar favoravelmente as Moções do CDS, nomeadamente no que diz respeito ao acesso aos transportes, com certeza se estamos a falar e confirmando-se como com certeza será o caso de que estamos a falar de uma situação que vai para além daquilo que está previsto na Lei, como qualquer situação que não cumpre os requisitos da Lei iremos sempre votar favoravelmente.

No que diz respeito aos equipamentos de lazer é uma Moção que sinceramente nos deixa um pouco indiferentes, porque estamos a falar de uma situação casuística e portanto eu acho que uma Moção deste tipo de natureza poderia ter sido feita de uma forma mais abrangente e mais completa, olhando um pouco para os equipamentos relacionados com o lazer e com a saúde, olharmos um bocadinho para uma Moção que fala sobre equipamentos de ginástica nos espaços verdes, parece-nos pequena, mas no entanto como é natural e cada um é livre de apresentar as suas Moções iremos votar favoravelmente esta mesma Moção."



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.2 - Não havendo mais pedidos para o uso da palavra foi encerrado o debate e após verificação do quórum passou-se á votação dos documentos apresentados.

6.2.1 - A Moção/Deliberação sobre Herdade da Aroeira - Um bem turístico e económico do Concelho de Almada, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Miguel Salvado, foi rejeitada com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda), dezanove votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP) e três abstenções (de eleitos do BE)

6.2.2 - A Moção/Deliberação sobre Processo Eleitoral das Presidenciais, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PSD, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e treze votos contra (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, e do CDS-PP).

6.2.3 - A Moção/Deliberação sobre Investir na Educação - Defender a Escola Pública, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por unanimidade.

6.2.4 - A Moção/Deliberação Saudação ao Movimento Associativo, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldes, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do BE e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica) e sete abstenções (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

6.2.5 - A Moção/Deliberação O Primeiro Voto das Mulheres em Portugal, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Henrique Pires, foi aprovada por maioria com quarenta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP).

6.2.6 - A Moção/Deliberação de Saudação Empreendedorismo Jovem, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com quarenta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP) e três votos contra (de eleitos do BE).

6.2.7 - A Moção/Deliberação sobre Os Cuidados de Saúde, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por pontos:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 6.2.7.1** - Introdução - com vinte e cinco votos a favor (de eleitos do CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda e do BE), dezoito votos contra (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD e do CDS-PP) e uma abstenção (do Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica)
- 6.2.7.2** - alínea a), foi aprovada por maioria, com quarenta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP).
- 6.2.7.3** - alínea b), foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, e do BE), dezoito votos contra (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, e do CDS-PP) e uma abstenção (do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica)
- 6.2.7.4** - alínea c), foi aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PSD, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria)
- 6.2.7.5** - alínea d), foi aprovada por unanimidade.
- 6.2.7.6** - alínea e), foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PSD, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE), onze votos contra (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria) e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP)
- 6.2.7.7** - alínea f), foi aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PSD, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria)
- 6.2.7.8** - alínea g), foi aprovada por unanimidade.
- 6.2.8** - A Moção/Deliberação sobre Valor das Tarifas e Carreira 103 dos TST, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Maco, foi aprovada por unanimidade.
- 6.2.9** - A Moção/deliberação Por mais infra-estruturas de Lazer, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Fernando Pena, foi rejeitada por maioria, com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte e dois votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, do PSD, inclusive do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP), exercendo o direito de voto de qualidade contra, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

6.2.9.1 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Neves - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica para uma declaração de voto.

6.2.9.1.1 - O Sr. Deputado Municipal António Neves (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A minha abstenção no que respeita às taxas moderadoras, eu parece-me que não pode ser tão linear quanto isto. Eu infelizmente poderia beneficiar de não pagar taxas moderadoras quando vou ao hospital aos meus actos clínicos e pago, entendo que o meu vencimento consegue suportar as taxas moderadoras que me são pedidas.

Penso sim, que deveria ser feita uma avaliação em função dos rendimentos das pessoas que utilizam o Serviço Nacional de Saúde, muitas delas isentas podendo pagar e portanto seria por aí que se deveria ir e não eliminar cegamente sem se fazer uma avaliação de quem deveria pagar ou não pagar."

6.3 - Usaram da palavra para produzirem declarações políticas os Srs. Deputados Municipais Cristina Coelho; Luís Filipe Pereira; Miguel Duarte; Nuno Avelar Pinheiro e a Sr.^a Presidente da Câmara.

6.3.1 - Cristina Coelho (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Declaração Política

Sobre a alteração do PROT-AML e as suas implicações na Freguesia da Trafaria

No passado dia 16 de Dezembro de 2010 a Assembleia Municipal de Almada aprovou uma moção/deliberação sobre o processo de alteração ao Plano Regional de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML) e as suas consequências para o desenvolvimento da Freguesia da Trafaria.

De acordo com o documento, que se encontrava àquela data em discussão pública, o PROT-AML não considerava as diferentes propostas da Câmara Municipal de Almada mantendo inscrita a "Reserva de terrenos e de espaços canais para aproveitamento da Trafaria como alternativa ao Porto de Lisboa", a "Construção do ramal ferroviário de mercadorias de ligação à rede nacional e plataforma logística do Poceirão" e a "Consagração da 4.^a Travessia do Tejo no corredor Algés-Trafaria no Modo Exclusivamente Rodoviário integrado na rede rodoviária".

Estas opções, plasmadas na nova versão do PROT-AML assumem as intenções da Administração do Porto de Lisboa de construir um Terminal de Contentores na Trafaria com uma área de 630.000 m² e de intensificar o uso do Terminal de Granéis da Silopor, para movimentar cinco vezes mais toneladas, passando dos 1,2 para os 6 milhões de toneladas ano.

A existência da já referida área portuária na Trafaria contraria as estratégias de desenvolvimento do Plano Regional em vigor, consagrados em instrumentos de planeamento municipais. Estas medidas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

conflituam com valores ambientais e paisagísticos e são antagónicas com a estratégia de desenvolvimento definida e consensualizada para a Trafaria, nomeadamente através da elaboração do Estudo de Enquadramento Estratégico para esta área.

Este foi o conjunto de razões pelas quais a Assembleia Municipal de Almada, na sessão de 16 de Dezembro, deliberou propondo as seguintes alterações ao PROT-AML:

- Seja eliminada a directriz de “Reserva de terrenos e de espaços canais para o aproveitamento da Trafaria como alternativa ao Porto de Lisboa”;
- Seja eliminada a possibilidade de expansão do designado Terminal da Trafaria e conseqüentemente eliminado também o “Ramal Ferroviário de ligação à rede nacional e plataforma logística do Poceirão”;
- Seja substituído o projecto da “4ª travessia do Tejo no corredor Algés-Trafaria com solução exclusivamente rodoviária por um projecto de “4ª Travessia do Tejo — reserva do espaço canal para eventual construção de uma nova travessia entre as duas margens do Tejo”.

Hoje, em sessão ordinária de 24 de Fevereiro de 2011, a CDU não que deixar de reafirmar e reiterar estas posições aliando-se à rejeição manifestada pelas populações na sessão sobre as Opções Participativas, realizada no dia 18 de Fevereiro de 2011, na Sociedade Recreativa Musical Trafariense, face às medidas do PROT-AML para a freguesia da Trafaria.

Nesta sessão pública realizada com a sala repleta de população, entidades e instituições, num acto de participação e cidadania activa, foi aprovada por unanimidade uma moção de repúdio pelas opções consagradas na alteração do PROT-AML, considerando que as mesmas colocam em causa a qualidade de vida dos habitantes da Trafaria e as perspectivas de desenvolvimento da freguesia, cuja população se encontra bastante penalizada pelas actividades poluentes já existentes.

Existe um Estudo de Enquadramento Estratégico para a Trafaria do qual decorrem cinco planos de pormenor actualmente em desenvolvimento. O futuro da Trafaria passa pela implementação destes projectos, pela qualificação do núcleo urbano, recuperação da componente ambiental, do património e dos recursos naturais, valorizando vectores da economia como a pesca, o turismo e o lazer.

A defesa da Trafaria e da sua população passa pela defesa destes projectos, pelo que a CDU reafirma o ponto 3 da referida moção: caso a CCDR-LVT não acolha as propostas do Município de Almada, apela-se à intervenção do Sr. Primeiro-Ministro na fase de decisão do Conselho de Ministros no sentido de estas serem consideradas."

6.3.2 - Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

LOJA DO CIDADÃO EM ALMADA MIRAGEM OU REALIDADE?

Mais vida, mais desenvolvimento económico, mais emprego, mais solidariedade, mais fraternidade, sobre isto estamos todos de acordo. Nós pensamos que é de iniciativas que envolvam as pessoas, que contem com as pessoas, numa perspectiva de inclusão que se podem esperar soluções credíveis. Sabemos que não existem soluções mágicas nem rápidas para resolver situações erradas que foram crescendo ao longo de anos, de um dia para o outro.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Se conseguimos compreender que não se pode resolver tudo de um dia para o outro, já não entendemos como iniciativas ao alcance da decisão política de responsáveis se vá protelando no tempo se vão criando obstáculos incompreensíveis que prejudicam seriamente as populações; isto podia dizer-se a propósito de muitas situações, queremos realçar uma, PARA QUANDO A INSTALAÇÃO DA LOJA DO CIDADÃO EM ALMADA?

Esta Assembleia já aprovou várias moções, algumas por unanimidade, a interrogação é a de saber qual a atitude correcta da Assembleia Municipal, qual o nosso papel enquanto representantes eleitos pela população? Apresentamos uma moção e esperamos, apresentamos outra moção e esperamos novamente?

Achamos que a Conferência de Representantes desta Assembleia Municipal, deve considerar reclamar uma reunião com os responsáveis da Estrutura de Missão Lojas do Cidadão, para manifestar de viva voz a sua preocupação e até indignação pela forma arrastada como vai sendo tratado este assunto.

Esta Assembleia já demonstrou que é capaz de apoiar de forma unânime, situações que são claramente em benefício das populações. Este é um dos assuntos que pode merecer, não só tomadas de posição políticas, mas também na acção concreta de exigir de viva voz a clarificação sobre um assunto que pretendemos ver tornado realidade.

QUEREMOS TODOS, A LOJA DO CIDADÃO EM ALMADA!

6.3.3 - Miguel Duarte (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Há algum tempo a esta parte que o PS vem chamando à atenção para o mau serviço que a Câmara Municipal presta aos cidadãos do concelho de Almada em matéria de limpeza pública e urbana.

Voltamos hoje a fazê-lo, nesta Assembleia Municipal, porque se trata de uma questão que afecta, de um modo geral, todos os municípios — mais uns do que outros - e que, ultimamente se tem degradado a níveis nunca vistos.

A falta de investimento em meios humanos e materiais tem conduzido a uma situação insustentável de que o verão passado foi testemunha de tudo o que de mau houve e que a Câmara fez muito pouco para minimizar este grave problema.

Estamos no final de Fevereiro e o verão está aí à porta dentro de muito pouco tempo e Senhora Presidente fica aqui o aviso de que o PS não vai ficar, passivamente, a ver passar a carruagem, velha, degradada, incapaz de fazer a sua função como lhe compete.

É o momento próprio Senhora Presidente da Câmara para alterar, para programar, para levantar as necessidades, de actuar, de investir, de intervir.

A Câmara cobra, mensalmente, nunca é de mais repetir, a cada cidadão consumidor de água uma taxa pela prestação do serviço de recolha dos resíduos sólidos da sua residência. Esse serviço tem de ser efectivo, a todos os níveis e não de vez em quando, ou seja quando calha, quando é possível, quando não haja carros avariados.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Porque Senhora Presidente, a verdade verdadeira é que não há dia em que fiquem zonas do nosso concelho com o lixo por recolher. A Câmara tem de prestar esse serviço com regularidade e com qualidade e não quando for possível, lamentavelmente.

As críticas, Senhora Presidente da Câmara, chovem de vários lados, a começar por camaradas e simpatizantes do seu Partido, pelo que o pior que pode suceder é fazer de conta que tudo está bem e que nada de mal existe.

Percebemos que a sua motivação esteja a níveis muito baixos, mas, Senhora Presidente não deixe para o próximo mandato aquilo que é sua estrita obrigação fazer neste. É esse o seu dever e é isso que se espera de alguém que jurou fazê-lo, até ao último dia.

Quando se recebe dinheiro para prestar um serviço e esse serviço não é feito e quando não corresponde ao preço pago, essa atitude tem um nome, nome que tanto se aplica às entidades privadas como públicas. É uma fraude.

Não se pode falar em preocupações ambientais e depois ter uma postura contrária. Um estilo despreocupado como se nada estivesse em causa, esperando que o tempo resolva aquilo que manifestamente já demonstrámos que não somos capazes de resolver.

Pelo que fica dito, Senhora Presidente, esperamos da sua parte uma acção eficaz nesta matéria, que não tem existido, não resolvendo o problema vir a Assembleia dizer, como sempre o tem feito que “temos de melhorar”. Não Senhora Presidente essa é uma linguagem esgotada que não convence mais porque não passa disso mesmo.

É necessário, de uma vez por todas, Senhora Presidente que a Câmara cumpra o seu dever mas que o cumpra com uma atitude comum a todos os cidadãos e não com critérios de privilégio para uns os de primeira e de desprezo pelos outros, os de segunda.

Na verdade Senhora Presidente da Câmara a sensação com que ficamos é que a Senhora parou no tempo e está desfasada da realidade. E se assim não é, diga-nos como se compreende que em várias freguesias do concelho cuja população aumentou significativamente nos últimos dez anos, os meios sejam iguais ou inferiores dos que existiam há vinte anos atrás. Explique como é isto possível.

Finalmente, Senhora Presidente da Câmara, dizer-lhe, mais uma vez, que o PS vai estar muito atento ao que sobre esta questão se passar e não deixará de tomar as medidas que entender por convenientes em momento que considerar oportuno."

6.3.4 - Nuno Avelar Pinheiro (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Desde as grandes revoluções do final do Século XVIII que a democracia representativa se tem vindo a impor como modelo de organização política dos países e sociedades mais avançados;

Ao longo de mais de duzentos anos o sistema democrático tem sido alargado ao nível dos direitos e daqueles abrangidos pelos direitos;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Voto censitário, voto limitado aos poucos que sabiam ler e escrever e aos homens foram etapas ultrapassadas na conquista completa de direitos políticos para todos; (e ainda hoje tivemos uma Moção do BE sobre este assunto).

Em Portugal esses direitos só foram realmente conquistados depois do 25 de Abril de 1974;

Alguns têm vindo a opor a democracia participativa à democracia representativa, no entanto os regimes que se proclamavam dessa democracia não tinham (e não têm — porque alguns sobrevivem) nada de democrático e nas últimas décadas mostraram o seu fracasso não conseguindo garantir nenhuma forma de democracia ou de justiça social;

O fracasso desses regimes não pode ser visto como o fracasso da democracia participativa e hoje considera-se que a democracia participativa é uma forma de aprofundar a democracia representativa com um campo privilegiado na acção local;

Instrumentos como “Orçamentos Participativos” são hoje uma forma de garantir uma maior participação dos cidadãos e possibilitar melhores decisões;

No último Boletim Municipal a Sr. Presidente da Câmara assina um editorial com o título “Almada Território de Participação”, defendendo que em Almada se dá importância à palavra dos cidadãos, respondendo a todas as questões que possam levantar; (e ainda hoje a Sr.^a Presidente reafirmou o que escreveu nesse texto).

É significativo que nesse mesmo boletim se faça apenas uma referência à Assembleia Municipal, mas que nunca se refira os debates ou os trabalhos que atravessam esta Assembleia, a Câmara Municipal ou as Assembleias e Juntas de Freguesia;

É significativo que muitas das perguntas levantadas pelos deputados municipais não tenham resposta, ou tenham respostas evasivas ou agressivas, como se a força política dominante coexistisse mal com a democracia representativa. Peguemos em alguns exemplos dos últimos tempos:

- Sabemos quanto custaram as bombas e quem propôs a sua compra, adquiridas nos EUA para a ETAR da Mutela;
- Terá a Sr. Presidente da Câmara respondido às perguntas que aqui foram feitas sobre as pesquisas da Polícia Judiciária nos SMAS;
- E os exemplos podiam continuar.

Também os cidadãos tem dificuldade em chegar ao céu, dou como exemplo as cartas endereçadas pela Associação de Comerciantes, em Junho de 2010 e já este ano, em que se faziam uma série de propostas para revitalizar o comércio da cidade. As propostas podiam ser exequíveis ou não, mas é necessário responder;

No referido texto dá-se como exemplo dessa participação o Metro Sul do Tejo, mas terá sido por via dessa participação que o Metro não passa no Hospital, na Piedade ou em muitos locais passa o mais longe possível de onde estão as pessoas;

Terá sido o resultado da participação dos cidadãos a chamada pedonalização do centro de Almada?



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Neste último caso os cidadãos têm participado, têm feito aquilo a que se chama “votar com pés” abandonando um espaço em que não se sentem bem.

Infelizmente Almada está longe de ser um território de participação, se o fosse eram melhores as decisões, era melhor a qualidade de vida dos cidadãos;

Infelizmente a força dominante na Câmara Municipal de Almada não faz aquilo que diz fazer, respeita pouco a palavra dos cidadãos e respeita pouco os eleitos pelos mesmos cidadãos;

A força dominante na Câmara Municipal de Almada demonstra coexistir mal com a democracia representativa e apresenta como alternativa a democracia participativa, mas esta última acaba por ser apenas a sua encenação."

6.3.5 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Trata-se naturalmente de declarações políticas, no entanto eu gostaria de deixar nota de que na maior parte das declarações políticas aqui apresentadas, nós encontramos sobretudo questões que têm a ver com a actividade municipal. E portanto, deixava essas questões para o período que se vai seguir de intervenção nesta Assembleia, de abordagem por parte dos Srs. Deputados Municipais e da própria Câmara, porque o documento que vamos ter a seguir para apreciar contempla um volumoso trabalho que naturalmente sendo devidamente considerado, permitirá a cada um dos Deputados Municipais apreciar a dimensão da intervenção da Câmara em vários domínios, nomeadamente no domínio da limpeza.

Embora não diga tudo, porque nós temos um documento que aborda o período de Novembro e Dezembro, e entretanto já temos praticamente dois meses de trabalho no ano que está a decorrer, queria no entanto dizer, porque o documento não aborda uma questão bastante recente, que é a questão da Loja do Cidadão.

Queria deixar nota a esta Assembleia de que obviamente a Câmara não tem deixado de dar a máxima atenção a este assunto, e no seguimento da conclusão havida de que o Centro Comercial M. Bica, da vistoria feita pela Agência da Modernização Administrativa em Agosto do ano passado, foi comunicado à Câmara, depois de férias, Setembro, Outubro que não havia mesmo viabilidade, a Câmara diligenciou encontros entre a Agência de Modernização Administrativa, a EDP e a própria Câmara.

Dizer-vos que há duas semanas penso, que se fez uma visita às instalações da EDP e que o assunto está a ser apreciado, abordado, analisado pelos técnicos da parte da Agência da Modernização Administrativa, da própria EDP e com a Câmara disponibilizada também para acompanhar e dar o seu contributo.

Vamos ver qual é o resultado, o que se segue depois deste último desenvolvimento.

Queria também deixar nota de que muito interessante esta adesão à manifestação assumida pela população da Trafaria, de facto o 1º Fórum das Opções Participativas que teve lugar no Concelho no passado dia 18 de Fevereiro, em que a população tomou posição relativamente às alterações ao PROT e queria também saudar o facto da CDU trazer à Assembleia esta declaração política de adesão à



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

posição das populações e de reforço daquilo que é a posição da população no sentido de apelar à CCDR para que considere no documento final as alterações propostas pelo município e também recorrendo ao Sr. Primeiro Ministro em sede de apreciação e decisão da alteração ao PROT em Conselho de Ministros.

Queria por último deixar nota relativamente às questões da participação que o artigo publicado no último Boletim Municipal tem exactamente a ver com o novo Programa das Opções Participativas que vai decorrer até ao mês de Junho, que já começou e começou felizmente com uma importante participação da população com os seu contributos, com as suas chamadas de atenção e com a sua reflexão, e que iremos percorrer toda as Freguesias com o mesmo propósito de ouvir com muita atenção as populações, registar as suas ideias e preocupações e também aquilo que entendem que deve ser o futuro de Almada. Todos terão resposta, é isso que está dito no texto do Boletim.

Dizer às Senhoras e Senhores Deputados Municipais e aos Senhores Múncipes que no próprio site da Câmara também está criado um espaço para que os cidadãos façam exactamente isso mesmo, dêem a sua contribuição até Junho e com o compromisso de que todos terão resposta.

Todas as contribuições serão analisadas na totalidade e será dada resposta a cada um dos participantes nos fóruns de participação porque há uma ficha que é preenchida por quem o quiser fazer, mas também há a possibilidade de utilizar o site municipal para preencher a mesma ficha e deixar a sua contribuição.

Não fazemos de conta, a nossa prática desde o 25 de Abril é ouvir com muita atenção as populações, é dar atenção e dar seguimento àquilo que são as aspirações, os anseios, as lutas e as reivindicações das populações, e também colaborar e cooperar com todas as entidades, quer elas sejam da Administração Central quer sejam da Educação, da Cultura ou Judiciais. Sempre assim temos feito e é assim que manteremos a nossa posição, colaborando. Temos toda a tranquilidade relativamente a qualquer processo, nomeadamente o processo que aqui foi referido, estamos de consciência tranquila, aguardando com toda a serenidade os resultados. Nada temos a temer, em trinta e seis anos de Poder Local Democrático, Almada com esta maioria na Câmara Municipal nunca se viu condenada a qualquer penalização e muito menos a qualquer situação grave ou de censura. Portanto, estamos muito tranquilos, não fomos interrogados, gostava de deixar aqui nota, nem os trabalhadores nem os eleitos foram interrogados por quem quer que fosse em sede do processo que foi aqui referido e novamente referido. E gostaria naturalmente também de deixar os Srs. e as Srs.^{as} Deputadas Municipais tranquilos relativamente àquilo que é a realidade do nosso Concelho."

7 - Entrou-se no Período da Ordem do Dia.

7.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.

7.1.1 - Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara para apresentar a referida informação da Actividade Municipal.

7.1.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Temos então, quer da Câmara, quer dos Serviços Municipalizados, a actividade desenvolvida nos meses de Novembro e Dezembro, um volumoso trabalho em todos os domínios da vida Municipal que atesta bem aquilo que é a dinâmica do nosso Município, a intervenção dos trabalhadores, os projectos que temos em mãos e a atenção permanente e rigorosa que damos à vida do nosso Concelho. Á vida do nosso Concelho naturalmente pensando nas pessoas, no desenvolvimento económico e social da nossa terra.

Quer eu, quer o Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, estamos à vossa disposição para as questões que nos queiram colocar, os esclarecimentos que formos capazes de avançar face às perguntas colocadas, mas registaremos com toda a atenção as vossas preocupações e vossos reparos."

7.1.2 - No Debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Vitor Castanheira, Fernando Pena, Miguel Duarte, Miguel Salvado, Luís Filipe Pereira.

7.1.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira (PS)

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostaria de fazer aqui três notas muito breves e a primeira tem a ver com uma intervenção que foi feita aqui por um munícipe, e eu permitia-me citar aqui um documento da Câmara Municipal. O Plano Director Municipal de Almada preconiza em termos de objectivos estratégicos de desenvolvimento o reforço e equilíbrio da rede urbana do Concelho e do seu papel na Região; a melhoria do ambiente natural e do ambiente construído; a qualificação do espaço urbano; a necessidade de salvaguarda da valorização dos núcleos históricos.

Estamos a falar da ARU de Cacilhas.

E mais à frente: uma experiência repetível para outras áreas do Concelho, assegurando a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, melhorando as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados e garantida protecção, promoção e valorização do património cultural.

A questão que eu deixava aqui seria se por ventura a Cova da Piedade e o seu núcleo urbano histórico também não merecia uma intervenção desta natureza, porque o que se tem verificado é que várias áreas do Concelho e da Cidade de Almada em particular, têm sido objecto de Planos de Intervenções e de facto a Cova da Piedade, basta passear aqui por estes arredores e verifica-se que o património urbano está em adiantado estado de degradação e que para além de simples intervenções, pontuais que penso que estão previstas, será que não faria sentido também que a Cova da Piedade merecesse uma atenção?

A justificação do Plano Almada Nascente parece-me que peca um bocadinho por insuficiente porque está visível para todos o que se passa na Cova da Piedade.

A segunda nota tem a ver com o Flexibus. Será que o Flexibus também não faria sentido que chegasse à Cova da Piedade? Será que a Cova da Piedade também não precisa como é o próprio propósito



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

desse Flexibus de ser vitalizada a zona histórica? Será que a população sénior da Cova da Piedade também não terá que ter melhores acessos, equipamentos sociais, zonas comerciais, escolas, parques de estacionamento e outros meios de transportes públicos?

Era outra nota que deixava aqui.

A terceira nota tem a ver com uma proposta que foi apresentada no programa eleitoral do Partido Socialista à Câmara de Almada, e visa de algum modo ter uma intervenção específica relativamente aos problemas de mobilidade.

Precisamente há um mês, mês e meio nesta sala nós tivemos o fórum autárquico onde o tema principal foi precisamente a mobilidade, e uma das conclusões a que se chegou na sequência desse mesmo programa autárquico, é que faria muito sentido que fosse finalmente feito o túnel do Brejo. Ou seja, a ligação da Avenida 23 de Julho à rotunda, e nessa sequência pudesse de algum modo também dar-se uma melhor fluidez ao trânsito em Almada.

Por último gostaria só de dizer que eu bebo água da torneira."

7.1.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP)

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em primeiro lugar lamentar que algumas sugestões que têm sido dadas em sede desta Assembleia não mereçam o acolhimento por parte da Câmara Municipal relativamente aos aspectos formais do próprio documento.

Continua a ser de difícil consulta, de utilidade duvidosa, informação muito dispersa, muito retalhada, muito repetida, quanto temos a par um documento claro, preciso e de fácil consulta dos SMAS. Não custava a Câmara Municipal adoptar um modelo semelhante.

Mas relativamente à Actividade Municipal propriamente dita, três questões que queria levantar. A primeira prende-se com um assunto que já foi falado aqui hoje e que o CDS tem trazido repetidamente neste período de discussão relativamente à limpeza do espaço público. Limpeza e ordem no espaço público. Há uma falência generalizada, claríssima deste aspecto tão fundamental na vida das Cidades. O nosso espaço público está cheio de lixo, de pragas de animais, entregue ao vandalismo e entregue ao desleixo de quem não sabe e não quer cuidar dele. É um sector que mostra uma profunda incompetência, com consequências muito graves para o quotidiano dos cidadãos.

O segundo aspecto prende-se com a falta de respeito que a Câmara Municipal tem por muitos dos seus Municípes, são muitos os casos de Municípes que se dirigem à Câmara Municipal de Almada com pedidos escritos, com pedidos de informações, com pedidos de esclarecimentos, com requerimentos e que não recebem resposta. Um deles foi enviado em Dezembro de 2010 e a ser verdade merecia de facto resposta. Aparentemente um veículo da Protecção Civil parqueia indevidamente em cima do passeio numa curva na Charneca, à noite e de facto aqui levanta-se uma questão, se está em serviço e se pode desrespeitar o código da estrada e os Municípes. Mas sobretudo o que eu queria chamar a atenção aqui é que este Município escreveu para dois serviços da Câmara de Almada, um deles para a Presidência e não recebeu qualquer resposta.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O segundo é um Requerimento que vai fazer dois anos, à Divisão de Trânsito, que diz respeito ao esclarecimento de uma determinada sinalização e que continua sem resposta. Esses são dois de dezenas de Múncipes que se dirigem à Câmara que procuram esclarecimentos e que não recebem resposta. Isto é convidar os cidadãos a demitirem-se da vida da sua Cidade.

Terceira questão também recorrente, os habitantes do Vale da Sobreda, sitiados, já estavam entregues há tantos anos, tantas e tantas décadas de desleixo da Câmara Municipal, em condições indignas de vida de qualquer pessoa, mas agora com as obras do IC32 a situação agravou-se. A Câmara Municipal de Almada é indiferente, as condições são terceiro mundistas e pelos vistos esses são cidadãos desprezáveis por esta edilidade.

7.1.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte (PS)

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Desejava também colocar aqui algumas questões neste ponto da Ordem de Trabalhos, e começo exactamente por um aspecto que tem a ver efectivamente com a recolha de resíduos sólidos. A informação que aqui é referida nomeadamente os resíduos sólidos domésticos, no caso concreto remoção de 13.871 toneladas, se tem a ver com a remoção feita exclusivamente pela Câmara Municipal, portanto não incluindo aquela que é feita pelas Juntas de Freguesia, ou se efectivamente esta é a totalidade dos resíduos recolhidos independentemente de ser da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia. Se efectivamente for a totalidade, efectivamente era razoável que aqui fosse discriminado aquilo que é a recolha dos Serviços da Câmara e aquilo que é a recolha das Freguesias e feita a discriminação de cada uma delas. É porque a sensação que temos é que há aqui se for assim, uma tentativa efectivamente de encobrir aquilo que é a participação de cada uma das Juntas de Freguesia neste trabalho. E era bom que essa demonstração do trabalho de cada uma das Juntas fosse efectivamente feito e fosse demonstrado. Mas naturalmente em função da resposta que for dada, depois poderei fazer mais alguma consideração.

Depois gostava de falar aqui em mais algumas questões, nomeadamente a reparação das vias. Qual é a projecção que a Câmara tem para as reparações das Vias V1, V8, a Estrada Nacional 377 e a Estrada da Carcereira apenas para referir estas três. A Estrada Nacional 377 é como sabem permanentemente vandalizada, umas vezes pelos Serviços Municipalizados que abrem buracos e tapam, depois pelas empresas que abrem buracos e ainda tapam pior que os Serviços Municipalizados e a verdade é que ao longo de toda a estrada é um monte de remendos, uns com mais buracos, outros com menos buracos, outros com lombas, etc., portanto uma estrada que tem necessidade absoluta de ser requalificada e é a grande questão que eu ponho aqui à Câmara Municipal, é para quando é que está prevista a requalificação da Estrada Nacional 377.

A mesma coisa se passa com a via da Carcereira, que começa no Lazarim e acaba na Escola Daniel Sampaio, porque a partir da Daniel Sampaio o piso foi reparado julgo eu no âmbito de um programa que foi feito da mobilidade e também tinha de facto que ser reparado.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Depois, ainda no seguimento daquilo que já foi aqui dito, é que as questões são aqui colocadas na Assembleia e a sensação que se tem é que muitas delas caem em saco roto, não são naturalmente devidamente anotadas para depois terem o devido seguimento, até porque para elas fazerem algum sentido e vou dizer aqui concretamente uma para naturalmente não perder mais tempo a dizer muitas outras que poderia multiplicar por cinquenta ou por cem. Mas uma delas tem a ver com uma Assembleia Municipal que houve na Charneca da Caparica em que eu levantei o problema que aqui vem neste documento relacionado com um conjunto de plantação de árvores, levantei o problema relacionado com as árvores secas à volta da Escola de Vale Rosal. Portanto já lá vai um ano e as árvores continuam exactamente na mesma, secas, partidas, não ligaram absolutamente nada a isto. E é evidente que naturalmente não podemos deixar, este é apenas um exemplo de muitos outros que há, não podemos deixar de fazer aqui uma crítica muito forte efectivamente a isto, porque não se anota as sugestões e os alertas que são dados na Assembleia e depois obviamente que temos que criticar aquilo que é a falta de acção para não dizer como aqui já foi dito, algum desleixo que efectivamente há em repor as árvores. As árvores quando são partidas põe-se uma nova árvore, a árvore quando está seca põe-se uma nova árvore. Porque naturalmente a degradação traz sempre degradação e uma árvore partida a seguir está outra partida, se for reposta não é vandalizada a outra árvore.

Finalmente queria ainda colocar uma outra questão que tem a ver com as passadeiras na via pública. Como sabem é um contributo muito forte que a Câmara dá para a segurança dos cidadãos que é a manutenção e a construção de novas passadeiras na via pública. O que assistimos e que já nem vou falar na construção de novas, enfim, mas vou falar naturalmente na conservação das que existem. E isso aí Sr.^a Presidente é um descalabro, porque na verdade posso-lhe trazer aqui amanhã várias ruas onde as passadeiras não são recuperadas há uma quantidade de tempo. E esta é uma obrigação da Câmara Municipal, põe em causa os peões que atravessam as ruas, e põe em causa naturalmente a segurança colectiva das pessoas. E já agora este alerta que aqui é feito que não caísse também em saco roto como efectivamente caíram os outros.

Deixo aqui a sugestão, a Câmara com certeza que tem levantamento desses locais, até porque em outros órgãos já foram aprovadas Moções nesse sentido e enviadas à Sr.^a Presidente, e espero que naturalmente isso tenha dado o devido seguimento e não os tenha metido na gaveta."

7.1.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (CDS-PP)

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Rapidamente, como é hábito também do Grupo Municipal do PSD colocar aqui algumas questões que achamos que merecem alguma explicação. Já há muito tempo que não ouvimos falar do Plano de Almada Ciclável, gostávamos de saber em que ponto é que está, quais são os desenvolvimentos que esse plano vai ter ou não, e quais são as perspectivas de futuro para esta rede de ciclovias que é sem dúvida um projecto interessantíssimo e que deveria ser implementado pelo Concelho até com alguma rapidez até porque nos sítios onde tem acontecido tem tido bastante sucesso. E tem inclusive apelado ao exercício físico e à actividade física das pessoas. Não só de bicicleta como a correr, em caminhadas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

E a nossa Cidade precisa disso e ajudaria de certeza também toda a Cidade em si, todo o seu desenvolvimento e usufruto. O início das obras de pedonalização de Cacilhas, da Cândido do Reis, para quando? Qual o calendário? Como é que estamos em relação à solução do atravessamento ou não do parque de estacionamento do moinho para a zona pedonal, se há possibilidade ou não desse atravessamento e desse acesso ser feito, só iria beneficiar a zona pedonal, só iria levar mais gente lá.

Por falar em zona pedonal ou da zona rodoviária pedonal, tudo e mais alguma coisa que é o Centro de Almada, só deixar aqui duas notas. Continua tudo na mesma, cada vez é mais uma Avenida, está a voltar ao tempo de antigamente com o seu tráfego todos os dias a aumentar porque aquilo de zona pedonal só é onde os passeios existiam antigamente, porque como passam os carros é uma zona rodoviária pura e simples, mas agora há mais um dado novo, é a Rua Luís de Queirós que cada vez mais se transforma num parque de estacionamento. Um parque de estacionamento onde as pessoas param, onde até já começam a aparecer arrumadores para estacionar os carros, e é verdade, se as pessoas usam e há tantos carros é natural que as pessoas aproveitam para fazer o seu pequeno negócio. Mas é isto que nós temos é a realidade, infelizmente dá vontade de rir mas é a realidade. E cá continua e provavelmente há-de continuar, teremos palavras bonitas sobre isso a seguir, mas a verdade é que a situação continua toda na mesma e não se prevê uma resolução para breve.

Chegou-nos uma questão que gostaríamos de ver esclarecida, se for verdade é verdade, se for mentira é mentira e por isso é que a trazemos aqui, porque queremos esclarece-la. Foi-nos dito que a partir de uma determinada altura a fiscalização da ECALMA, e o trabalho da ECALMA, principalmente os autos que passa vai passar a ter uma percentagem, e uma percentagem que não percebemos se é para a ECALMA, se é para o autuante.

Gostaríamos de ver esclarecido isto. Se for verdade é verdade, se for mentira é mentira, mas chegou-nos esta informação duas ou três vezes e gostaríamos de saber qual é o destino que é dado às multas que são passadas pela ECALMA e que são pagas. E se reverte para a ECALMA, em que percentagem, se reverte para algum instituto do Estado. Gostaríamos de ver explicada essa informação.

Para terminar, só dizer aqui algo que é um desabafo. Eu aqui não posso deixar de concordar com o Sr. Deputado do Partido Socialista que às vezes é triste nós trazermos aqui as questões. E não são questões políticas, são questões do dia-a-dia da nossa comunidade, problemas que existem e aqui o Sr. Deputado também as traz com alguma regularidade e bem. E depois nós, passam-se os dias e as semanas e vemos que são coisas até fáceis de resolver e que os problemas continuam lá. E não queremos tirar louros, dizer assim, não, aquilo está resolvido porque fui eu ou foi aquele, só queremos é que os problemas fossem resolvidos.

Na Cova da Piedade, tem aquela rotunda em frente ao Hospital Particular de Almada, aquela rotunda não está bem. Não está bem e não funciona bem, já houve dois carros que se espetaram dentro do café, estamos à espera que aconteça uma desgraça. E eu já nem vou falar da rotunda, eu só vou falar de uma questão que eu já coloquei aqui há mais de um ano e tal, dois anos, que é um ligeiro abatimento e aqui uso as palavras da Sr.^a Presidente da Câmara quando se referiu aos buracos da 377



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

da Charneca como sendo ligeiros abatimentos, e ali é um ligeiro abatimento que é um grande abatimento, e onde os carros quando passam fazem a rotunda e seguem para Cacilhas, o chão ali abateu por causa das obras, penso que ainda da introdução das manilhas de acesso à ETAR da Mutela, e a gente já falou disto não sei quantas vezes e aquilo continua lá, continua a abater, os carros passam e há ali um desnível, até alguém se despistar. Infelizmente isto acontece, ali é um exemplo, mas acontece pelo Concelho fora. E já nem são questões que nós nem conhecemos, são questões que nós conhecemos, trazemos aqui e parece que ninguém ouve. Parece que nós vivemos numa realidade e o Executivo Camarário e os Serviços muitas vezes vivem noutra realidade. Nós somos almadenses vivemos a Cidade, parece que há pessoas que não moram em Almada, ou pelo menos só trabalham em Almada e na Câmara, mas que não conhecem a realidade. É isto que me custa. Não é tirar louros disto, é apenas resolver os problemas, resolvam, mais nada."-----

7.1.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE)

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Alguma questões que não vão ser sobre o documento apresentado e peço desculpa, porque realmente o documento apresentado merece que nos debrucemos sobre ele, mas quase que apetecia sugerir que nós passássemos a ter um ponto na Ordem de Trabalhos das Assembleias Municipais que era o ponto dos desabafos. Cada um fazia os seus e depois tínhamos o ponto da discussão da Actividade Municipal e aí toda a gente tinha que se pronunciar sobre o documento. Enquanto não existe essa possibilidade nós vamos desabafando e eu vou continuar os meus desabafos na linha daquilo que foi dito, por ventura observando que vale a pena apresentar aqui os problemas, observando que muitos dos problemas que aqui são colocados são resolvidos, porque nós também temos que ir constatando que isso é uma realidade, e depois vemos que de facto a dimensão das coisas é de tal ordem que nos devem fazer reflectir sobre o que realmente se está a passar, não só no nosso Concelho mas no nosso País. Com o que se está a passar com o desligamento e com o desinteresse e com indiferença de uma parte muito considerável da nossa população, porque muito do que tem a ver com os lixos, se bem que nós achamos que deve haver aqui alguma modificação no estilo das recolhas do lixo, porque por exemplo quando se faz a recolha do lixo dos contentores, muito do lixo, porque muitas pessoas e eu acho de uma forma errada, estão a colocar o lixo nos contentores sem ser ensacado, na altura do despejo dos contentoras, muito lixo cai para o chão, e o trabalho daqueles homens é um trabalho feito em passo de corrida e o lixo que cai fica no chão. Por ventura seria importante introduzir aqui um carro mais pequeno de retaguarda que acompanhasse a recolha do lixo e fosse limpando aquilo que cai no acto da recolha dos contentores. Acho que isso iria introduzir uma melhoria considerável, porque de manhã em certos sítios vê-se que o lixo existente nas ruas é lixo que cai do despejo dos contentores. Portanto queria sinceramente dizer que as coisas que se colocam aqui, pelo menos por parte do Bloco de Esquerda nós temos considerado que muitas das questões que nós temos colocado têm sido resolvidas. É evidente que não têm sido todas resolvidas e algumas dá mesmo a ideia que, ou por falta



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de capacidade de mão de obra, ou eventualmente por esquecimento, persistem no terreno. E é importante continuar a falar de todas as situações que nos preocupam.

Uma questão muito simples e que eu muito sinceramente não compreendo e toda a gente está de acordo, nós temos um aviso que deve ter o tamanho de uma folha A4 a dizer que ali há um parque de estacionamento, que é o parque da Citroën, é capaz de ser inferior a uma folha A4, ou seja, quase que apetecia dizer ponham uma lupa ao pé daquilo para que as pessoas quando vêm de automóvel, eu já sei que o que está escrito no papel é excepto o acesso à garagem. Quer dizer não faz sentido por um lado não haver, acho que é caricato isto, passarem-se semanas, passarem-se meses e não se pôr em vez de uma folha A4 uma folha A3 com o dobro do tamanho das letras, não compreendo isso. Uma outra situação que eu agora aproveito, deve ser colocado com mais visibilidade o horário de encerramento do parque da Citroën, na impossibilidade ou não sei se haverá possibilidade de alargar o período de estacionamento daquele parque que encerra às 08 horas, é importante que as pessoas que estacionam ali os carros, sobretudo as que vêm de muito longe, se apercebam claramente que aquele parque encerra às 08h00. Posso dizer-vos que há pouco tempo num dia de uma iniciativa que envolveu muita gente em Almada, muita gente deixou o carro no parque da Citroën e a iniciativa acabou depois da meia noite e não puderam levar os seus carros. Por azar era Sábado, ao Domingo o parque está fechado e isto transtorna a vida das pessoas. Nós que somos daqui sabemos que o parque fecha às 08 horas, mas novamente o aviso que nós temos é um papel que não chega ao tamanho de uma folha A4 a dizer "o parque encerra às 08 horas". O apelo que aqui deixamos é que se torne mais visível que o parque encerra às 08H00, e se for possível dilatar o parque de estacionamento seria interessantíssimo.

Um outro assunto também avulso mas não deixa de não ser importante, é ainda a existência de alguns quiosques na via pública que não são utilizados. Eu aqui sinceramente gostaria de colocar a seguinte questão. Aqueles quiosques quando foram implementados no nosso território foi para responder a uma situação de carência de empregos, sobretudo entre os deficientes ou algum tipo de deficientes. Os quiosques abriram numa determinada altura, tinham um nome que eu agora não me recordo, o nome da iniciativa, da campanha, isso não deu resultado, houve inclusivamente contestação por parte das pessoas que tinham papelarias que se queixavam que pagavam impostos e que os quiosques tinham vantagens, era uma concorrência desleal, sinceramente não compreendi isso porque o nível de vendas dos quiosques era muito reduzida, no entanto das duas uma, ou aqueles quiosques que se encontram ainda no terreno são rentabilizados e se criam ali postos de trabalho para pessoas que têm até vocação para isso e têm necessidade, ou isso ou então retirá-los da via pública, porque apenas constitui barreiras sobretudo para as pessoas que têm dificuldades de se deslocarem e nomeadamente os invisuais e não se compreende como é que não se dá ou utilidade às coisas ou se retiram dos locais.

Uma outra situação que nos vem a preocupar é o número de animais abandonados no nosso Concelho um pouco por todo o lado. Este é um assunto que eu acho que devia merecer uma atenção um pouco mais aprofundada porque de facto há um número considerável de pessoas que gostam dos animais enquanto eles são pequeninos, aliás os Japoneses já descobriram uma formula de fazer com que os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

animais sejam pequeninos durante menos tempo mas são sempre pequeninos. Portanto, aconselhava estas pessoas a pedirem a formula aos Japoneses e pelo menos numa perspectiva de não abandonar os animais que dêem aquela poção mágica aos cãesinhos e aos gatinhos e que não os permitem crescer. Enquanto essa poção não chegar cá a questão do abandono dos animais é uma questão importantíssima e ligada a essa é a questão de grupos de amigos dos animais que estão no terreno a fazer muito trabalho e que eu também deixava aqui em termos de apelo a noção que se deve ter de uma comunidade de apoiar, estes grupos de pessoas amigos dos animais, que estão preocupados com essa situação e vão resolvendo muitos problemas que evitam nomeadamente a proliferação de algumas doenças que são prejudiciais para todos nós. Portanto, há ai uma organização que eu agora tenho tido mais contacto que é a DOVSKA PET's que têm um trabalho importantíssimo mas que se debatem com dificuldades monetárias.

O Sr. Presidente com certeza sabe que eu não gosto de queimar o meu tempo, de o ultrapassar, fará o favor de me sinalizar, já o ultrapassei, então peço desculpa termino."

- 8 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na reunião da próxima noite.
- 9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Maria Amélia de Jesus Pardal, António José Sousa Matos, José Manuel Raposo Gonçalves, António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes, José Carlos Rebelo Simões, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, Nuno Filipe Miragaia Matias e Helena Maria Gomes Oliveira.
- 10- Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Tânia Gregório e Senhor Fernando Fitas, do Notícias de Almada, Senhor Humberto Lameiras, do Jornal da Região e Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP - CMA e de quarenta e seis Senhores Municípes.
- 11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Acta, que foi aprovada por unanimidade.
- 12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 25 de Fevereiro de 2011.
- 13 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____